



Observatório
de Movimentos Sociais
da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA

II - julho - setembro/2020



Observatório de Movimentos Sociais da América Latina
Comunica América Latina II - julho - setembro 2020
Rio de Janeiro – outubro de 2020
Documento de apoio à pesquisa organizado por pesquisadores
e pesquisadoras do NETSAL

Responsáveis editoriais: Clarissa Pains, Daniel Henrique Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hellen Oliveira, Lara Sartorio Gonçalves, Maria Eduarda Tavares, Mariane Silva Reghim, Marília Closs, Natasha Martín Lauletta, Paulo César Limongi, Pedro Borba, Raul Nunes, Renata Rodrigues, Simone Gomes, Vitória Gonzalez.

Revisão: Clarissa Pains e Renata Rodrigues

Diagramação: Maria Eduarda Tavares, Marília Closs, Daniel Henrique Ferreira

Capa: Hellen Oliveira

Ilustrações: Matheus Ribs



Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL
Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues
Coordenação Executiva: Marília Closs

Site: netsal.iesp.uerj.br

Email para contato: netsal@iesp.uerj.br

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP/UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, n. 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Sumário

Apresentação	3
<i>Hellen Oliveira</i>	
<i>Raul Nunes</i>	
O retorno de <i>la grieta</i>: Mobilizações Sociais e polarização social e política na Argentina	6
<i>Giovana Esther Zucatto</i>	
Mobilizações sociais na Bolívia: democracia, educação e covid-19 como pauta	8
<i>Marília Closs</i>	
Brasil de julho a setembro: entre mobilizações e paralisações	10
<i>Mariane Silva Reghim</i>	
<i>Natasha Martín Lauletta</i>	
Chile em chamas: a pandemia como o estopim de crises estruturais	13
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
Violência policial e turbulência na política colombiana	15
<i>Paulo Limongi</i>	
Cuba na pandemia: a saída da crise passa por construir outro futuro	18
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
El Salvador: protestos sindicalistas, tréguas com o crime e sentenças emblemáticas	20
<i>Simone Gomes</i>	
Uma microfísica da pandemia equatoriana	22
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
Guatemala: entre a pandemia e a fome	24
<i>Natasha Martín Lauletta</i>	
Haiti e covid: como um país com saúde já colapsada reage à pandemia do século	27
<i>Clarissa Pains</i>	
<i>La lucha sigue</i>: maré feminista, desaparecimentos e megaprojetos na pandemia mexicana	29
<i>Vitória Gonzalez</i>	
Crise política e sanitária no Panamá	31
<i>Hellen Oliveira</i>	
Paraguai: ‘a fome não está em quarentena’	33
<i>Pedro Borba</i>	
Das <i>Fiestas Patrias</i> ao conflito mineiro, avanços e retrocessos no Peru	35
<i>Raul Nunes</i>	
Eleições, crise climática e violência - Dilemas na República Dominicana	37
<i>Hellen Oliveira</i>	
O Uruguai em meio à pandemia da covid-19 e às reformas neoliberais de Lacalle Pou	39
<i>Maria Eduarda Tavares</i>	



Apresentação

Hellen Oliveira¹

Raul Nunes²

No mês de julho, lançamos o *Comunica América Latina I*, primeira publicação do recém-criado Observatório de Movimentos Sociais da América Latina. O Observatório nasceu num contexto em que a região se tornava o epicentro da pandemia do Sars-Cov-2, com os governos nacionais e locais se mostrando, em grande medida, incapazes de deter o alastramento do vírus e a multiplicação de mortes pela covid-19. Ao longo dos meses, percebemos que a cobertura midiática e a discussão pública focavam apenas nas respostas estatais à crise sanitária, sem abrir muito espaço para o papel desempenhado pelos movimentos sociais e pela sociedade civil nesse cenário. Da auto-organização dos favelados cariocas às *ollas comunes* no Peru, Argentina e Chile, ações de solidariedade restavam fora do radar. Do mesmo modo, protestos indígenas, feministas, antirracistas, trabalhistas, estudantis e tantos outros raras vezes adentraram a esfera pública, apesar de ocuparem ruas e redes.

Partindo dessas lacunas informacionais e comunicativas, nós, pesquisadores e pesquisadoras do NETSAL (IESP-UERJ), construímos o Observatório, ora composto também por colegas de instituições parceiras. Do trabalho de pesquisa e organização coletiva, elaboramos o *Comunica*, que chega agora à sua segunda edição, com a intenção de circular experiências locais, muitas destas autônomas, de combate ao novo coronavírus, bem como trazer luz aos dilemas comuns nos territórios latino-americanos. Publicado em outubro, o *Comunica América Latina II* abarca o período de julho a setembro de 2020 em 16 países da região, incluindo, a partir desta edição, Guatemala, Haiti, Paraguai e Uruguai. Além disso, a publicação apresenta uma grande novidade: as ilustrações do cientista político e artista visual Matheus Ribeiro ([Ribs](#)).

Neste acompanhamento, vimos a região passar de epicentro da pandemia a tragédia global. Até o dia 2 de outubro, a América Latina apresentava 9.518.956 casos e 350.693 mortes pela covid-19. No último dia de setembro, o Brasil estava em 3º lugar no número total de infectados no mundo, acompanhado da Colômbia em 5º, Peru em 6º, México em 8º e Argentina em 9º. Em número total de mortes decorrentes da doença, o Brasil aparecia na 2ª colocação; o México, na 4ª; e o Peru, na 7ª. Num retrato mais dramático do impacto do novo coronavírus nas populações, o Peru possuía o 2º maior número de mortos por milhão de habitantes (atrás apenas da micronação San Marino), com outros quatro países latinos entre os dez piores casos mundiais: Bolívia, Brasil, Chile e Equador, respectivamente em 6º, 7º, 8º e 9º.

Concomitantemente ao quadro pandêmico, os países latino-americanos enfrentam crises políticas, econômicas e sociais que se refletem na falta de acesso a insumos, água e condições mínimas de salubridade para as populações. Por mais que a região, assim como o resto do mundo, presencie desafios inéditos, muitos dos problemas atuais preexistem à crise, tendo sido denunciados continuamente por movimentos sociais e sociedades locais. Às tragédias seculares da região, soma-se o predomínio do neoliberalismo, que estrutura as escolhas e disputas políticas no enfrentamento do novo coronavírus na América Latina.

Na maior parte dos países, no lugar de ampla testagem e acesso aos equipamentos médicos necessários no combate à covid-19, a população foi alvo de repressão policial, de forma que políticas de segurança pública foram apresentadas como parte constituinte dos planos de saúde pública. Os

1 Cientista política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora do NETSAL e do CASA e editora da CESP. Bolsista CAPES. E-mail: hellenoliveiracp@gmail.com.

2 Doutorando e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Bolsista Nota 10 FAPERJ. E-mail: raulnunescl@gmail.com.

métodos de contenção das aglomerações introduziram, por exemplo, toques de recolher, totais ou parciais, em diversas localidades. Assim, além do controle de circulação populacional, na forma de quarentena, as forças policiais foram mobilizadas para reprimir manifestantes em Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, República Dominicana, Haiti, México e Paraguai — não raro provocando mortes. Entre as pautas dos movimentos reprimidos estavam o respeito e a assistência aos povos indígenas, garantia de direitos trabalhistas e posições contra e a favor da reabertura de atividades presenciais, principalmente no setor de serviços. Na Argentina e no Paraguai, a pressão contrária à extensão da quarentena ganhou contornos mais propriamente contenciosos, mas em muitos outros países trabalhadores e trabalhadores, sobretudo informais, jamais deixaram de estar nas ruas.

A realidade laboral na América Latina, mesmo antes da crise sanitária, era permeada por desemprego, informalidade e, conseqüentemente, altos níveis de pobreza. Segundo estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a projeção é de que no ano de 2020 a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da região caia 9,1%, com a taxa de desemprego chegando a 13,5% e a de pobreza a 37,3%. Isso explica a demanda por reabertura e reativação econômica em várias localidades, com decorrentes conflitos distributivos entre capital e trabalho, que se intensificam em paralelo aos conflitos extrativistas e ambientais. Foi também nesse contexto que surgiram campanhas por *cuarentenas sin hambre* (“quarentenas sem fome”), fomentando a solidariedade entre as pessoas, especialmente na forma de *ollas comunes*, isto é, doação e compartilhamento de alimentos para preparo em cozinhas coletivas — prática recorrente em muitos desses países. Presentes no Brasil, Chile, Peru, México, Haiti e Guatemala, essas iniciativas ganharam maior tração no Uruguai, com a *Red de Ollas Populares*, e no Paraguai, em que a *Articulación de Ollas Populares* conseguiu a aprovação de lei específica para subsidiar suas ações.

Em diversas localidades, como El Salvador e Guatemala, puderam ser percebidas movimentações feministas pautando causas que não se concentram apenas nas questões de gênero, tais quais o combate à fome e à violência estatal, a defesa do meio ambiente e dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como a chamada para ações autônomas de solidariedade. Trata-se de um aprofundamento prático da interseccionalidade como princípio de ação. No Equador, Chile e México, a luta pela legalização do aborto foi tema proeminente, mobilizando também solidariedade de organizações feministas por toda a região. Ainda no México, movimentos feministas e de mães de vítimas de feminicídio ocuparam a Comissão Nacional de Direitos Humanos na Cidade do México contra a alta taxa de feminicídios no país. No Peru, ecoaram as denúncias do desaparecimento de mais de 900 mulheres durante a quarentena. A violência de gênero afetou também as comunidades LGBTQIA+. Ações violentas, civis e institucionais, vitimaram mulheres trans na Guatemala, no Panamá e no Peru, onde ataques transfóbicos causaram mortes e prisões. A ação político-institucional mais alarmante neste sentido foi vista no Panamá, país onde foi instituída de forma continuada a divisão sexual diária para deslocamento em locais públicos — conhecido como “rodízio de gênero” —, trazendo transtornos para a população trans e não-binária. Ademais, foram registradas manifestações como a Marcha pela Diversidade no Uruguai e a luta pelo fim das terapias de “conversão sexual” no México.

Manifestantes foram às ruas contra os governos de Alberto Fernandez, Andrés Manuel López Obrador, Lacalle Pou, Lenin Moreno, Jeanine Áñez, Jovenel Moïse e Sebastian Piñera. No Paraguai, a mobilização pelo impeachment de Mario Abdo Benítez se viu frustrada pela aliança do presidente com o Congresso, similarmente ao que se passou no Brasil, onde o 45º pedido de impeachment de Jair Bolsonaro, protocolado por uma coalizão de movimentos sociais, nem sequer teve andamento na Câmara Federal. Contrariamente, o presidente Martín Vizcarra esteve próximo de sofrer uma *moción de vacancia* (na prática, um impedimento) avalizada pelo Congresso peruano, mas acabou resistindo.

Aumentando a temperatura da política na região, eleições presidenciais foram realizadas na República Dominicana em julho; serão realizadas na Bolívia em outubro; e no Equador e Peru, no primeiro semestre de 2021. No Chile, as mobilizações sociais se somam à campanha do plebiscito por uma nova Constituição, que ocorre ainda em outubro. As reconfigurações do jogo democrático na América Latina contam ainda com um ator cada vez mais destacado: o Judiciário, principalmente na forma da Lava Jato, que há alguns anos percorre a região derrubando governos, políticos e a lógica habitual das disputas. Esses e outros conflitos continuarão sob o olhar atento do Observatório. Desejamos boa leitura!

Se nos primeiros meses de 2020, a situação política da Argentina parecia estar caminhando para que Alberto Fernández conseguisse alcançar alguns consensos sociais em seu primeiro mandato, a situação se transformou drasticamente nos últimos meses. *La grieta*, como é chamada popularmente a profunda rachadura social e política no país, ganhou força nos protestos de opositores contra medidas variadas do atual governo — especialmente as políticas de combate à pandemia. Juntamente com a polarização política, têm aumentado os casos do novo coronavírus no país, enquanto o governo segue com a reabertura gradual e afrouxamento das medidas de isolamento social.

No dia 9 de julho, dia da independência argentina, um grande movimento foi convocado por diversas entidades de oposição ao governo. Uma delas, a ação *Campo más Ciudad*, chamou protestos contra a expropriação da empresa de exportação de grãos Vicentin. Mas essa foi apenas uma das pautas dos *banderazos* multitudinários que aconteceram em, pelo menos, 70 cidades do país. Com epicentro no Obelisco, em Buenos Aires, milhares de pessoas se juntaram aos protestos que também foram contra as medidas de combate ao coronavírus, pediram a libertação da prisão de Lázaro Báez — que é chamado de “prisioneiro K”, em alusão aos Kirchner, ex-mandatários do país — e em defesa da liberdade de expressão, entre outros motivos. Ao *banderazo* se somou uma carreata de opositores; o que veio a se repetir no dia 17 de agosto, feriado nacional que marca a “passagem para a imortalidade” do General José de San Martín, e foi convocado após o governo anunciar uma extensão da quarentena em meio ao aumento de casos. Às pautas já frequentes nos *banderazos*, somou-se o grito de oposição à reforma judicial proposta pelo governo. No dia 13 de setembro, aconteceram novos protestos, mantendo as pautas das manifestações anteriores e convocados sob os lemas “*todos por la República*” e “*todos a las calles*”. Os *banderazos* se repetiram no final de semana seguinte, em 19 de setembro, configurando um dos símbolos centrais da crescente polarização política no país.

Além dos *banderazos*, outra mobilização agitou o país e acirrou a situação social e política na Argentina, causando preocupação por uma possível interferência política de forças policiais. Trata-se de uma greve de policiais, que teve seu núcleo duro em Buenos Aires e se espalhou por outras províncias, como Jujuy, no norte do país. Em 7 de setembro, policiais e agentes penitenciários da província mobilizaram-se com o objetivo de protestar contra os baixos salários da categoria. A greve tomou contornos dramáticos quando diversos policiais cercaram a residência do governador da província de Buenos Aires, Axel Kicillof. No dia 9 de setembro, a crise chegou a seu ápice quando os grevistas cercaram a Residência Olivos, endereço oficial da presidência. A residência foi cercada por policiais, viaturas e há relatos de que um coquetel molotov foi atirado contra a propriedade. A greve terminou no dia 10 de setembro, quando as demandas de aumento dos salários e equiparação com os da polícia federal, além da garantia de que os grevistas não sofreriam nenhum tipo de sanção, foram atendidas pelo governador Kicillof.

Apesar da cobertura da mídia e das redes sociais voltar praticamente toda sua atenção para os movimentos de oposição ao governo e contra as medidas de combate à pandemia, há de se ressaltar um trabalho silencioso — e já bastante tradicional — que tem atuado na linha de frente na conjuntura da pandemia nas periferias da cidade de Buenos Aires. Trata-se dos *curas villeros*, o grupo composto por 22 padres católicos que trabalham em oito distritos diferentes da capital argentina. No contexto da pandemia, os *curas* trabalham no acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social,

3 Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Coordenadora do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). E-mail: giovanazucatto@gmail.com.

recebem e distribuem doações e organizam as ações voluntárias que vão acontecer nessas localidades — na capela da Villa 21, bairro na região sul de Buenos Aires — é distribuída comida para mais de 700 famílias, por exemplo. Em 31 de agosto, o padre Basilio "Bachi" Britez, um dos *curas villeros* que atuava há décadas nos bairros pobres de Buenos Aires, faleceu de covid-19.

No início de março, os primeiros casos de covid-19 foram confirmados na Bolívia. Desde então, o país já tem mais de 100 mil casos e mais de 8 mil vítimas. Em um país onde o sistema de saúde não está dando conta das necessidades, em que as principais medidas de contenção da pandemia foram securitárias e em que a economia vive um momento difícil, a crise sanitária encontra a crise política-institucional. Esta se desenrola desde novembro de 2019, quando do golpe que depôs Evo Morales, então presidente do Estado Plurinacional. No período analisado, as principais dinâmicas políticas giraram em torno das eleições presidenciais e legislativas, marcadas para ocorrer para 18 de outubro.

As mobilizações sociais na Bolívia em julho, agosto e setembro podem ser divididas em três momentos: em julho, os atos contra agendas econômicas e educação foram os mais massivos, com protagonismo dos professores rurais e da *Central Obrera Boliviana* (COB); em agosto, a maior parte das ações esteve ao redor da greve geral e dos bloqueios que exigiram que o calendário eleitoral fosse cumprido; em setembro, ocorreram mobilizações com agendas específicas, mas a maior parte delas foi ligada a comícios eleitorais, ainda que confrontos entre grupos tenham ocorrido. Nos três momentos, o protagonismo das ruas foi de setores progressistas e/ou à esquerda. No entanto, grupos à direita e apoiadores do governo interino de Jeanine Áñez também estiveram presentes.

Em julho, as ruas na Bolívia foram tomadas por protestos, apesar da pandemia. No dia 2, professores rurais e urbanos já marchavam contra o modelo de digitalização da educação promovido pelo governo interino de Áñez e pedia a demissão de Victor Hugo Cárdenas, ministro da Educação. No dia 4, em sequência aos atos de junho, movimentos sociais seguiram ocupando as ruas no bairro de K'ara K'ara, na cidade de Cochabamba. Além dos protestos contra a quarentena adotada pelo governo, os manifestantes pediam a liberação de presos políticos. Enquanto a maior parte das mobilizações foi organizada por setores à esquerda no espectro político boliviano, em julho já se viu grupos como a *Resistencia Juvenil Cochala*, de direita, nas ruas do departamento de Cochabamba, por exemplo.

Em 6 de julho, foi oficializada a acusação de terrorismo e feito o pedido de prisão preventiva de Evo Morales, exilado atualmente na Argentina, por parte do Ministério Público de La Paz. No dia seguinte, deu-se a divulgação da pesquisa de intenção de votos realizada pelo CELAG que mostra Luis Arce, candidato do *Movimiento al Socialismo* (MAS), em primeiro lugar e vitorioso em primeiro turno. Desde então, intensificaram-se, também, os atos que pediam garantias democráticas no país, com preponderância nas ruas de setores à esquerda. No dia 8, os professores voltaram a organizar atos em La Paz e em El Alto. Uma semana depois, a *Marcha por la salud, la educación, la estabilidad laboral y la vida*, chamada pela COB e endossada pelo Pacto de Unidad, teve dimensões nacionais. As principais pautas foram o combate ao decreto 4272, que destina fundos ao *Programa Nacional de Reactivación del Empleo*, e o apoio às mobilizações dos professores e à democracia. Junto a isto, em meados de julho, outras denúncias de violação de direitos humanos eclodiram no país, com destaque àquelas na Villa Ingenio. Trabalhadores da saúde também realizaram greves contra as condições de trabalho e demandando maior provisão de suprimentos médicos.

A principal virada no contexto das ruas bolivianas, no entanto, aconteceu no dia 23 de julho, quando o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) decidiu adiar novamente as eleições presidenciais do

¹ Doutoranda e mestra em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Pesquisadora pelo NETSAL e pelo OPSA. Coordenadora de projetos no Centro Brasil no Clima. Bolsista CAPES. Contato: mariliacloss@gmail.com.

país, inicialmente previstas para setembro deste ano, para 18 de outubro. A justificativa dada pela corte foi de que a pandemia de coronavírus ainda não dava condições para que o pleito se realizasse como previsto. Desde então, diversos movimentos sociais passaram a se manifestar contra a decisão. No dia 29, a COB deu o prazo de 72 horas para que o TSE retirasse sua decisão e iniciou greve por tempo indeterminado; em seguida, o *Pacto de Unidad* se somou à demanda, e os protestos e bloqueios às ruas passaram a ser diários. Em 30 de julho, o governo boliviano, junto ao TSE, convocou para a mesa de diálogo sobre a realização das eleições uma série de movimentos sociais, entre outros atores políticos, como a COB, a *Confederación Sindical Única de Trabajadores* e a *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias De Bolivia Bartolina Sisa*. O diálogo, no entanto, não surtiu resultados.

No dia 3 de agosto, diversos movimentos no país inteiro começaram uma greve geral e bloqueios em diversas estradas do país, com destacado papel da COB, do *Pacto de Unidad* e das Seis Federações do Trópico de Cochabamba. A greve exigia a manutenção das eleições em 6 de setembro, entre outras garantias democráticas. No entanto, o tom adotado variava conforme a região e a mobilização: enquanto alguns movimentos pediam a realização da eleição ainda em setembro, outros pediam a renúncia imediata de Áñez. No fim do dia, quase todas as estradas do país, tanto na região oriental quanto na ocidental, já estavam bloqueadas. Além de diferentes movimentos, desde camponeses e de população originária até organizações de trabalhadores, terem se somado à greve nacional e aos bloqueios, não apenas o tom variou conforme a região, mas também as suas práticas, já que pode-se observar não somente bloqueios, mas ocupações e greves de fome. Cabe destacar, ainda, a presença nas manifestações de Felipe Quispe “El Mallku”, liderança popular histórica de oposição ao MAS.

Até o dia 12, a mobilização ganhou corpo. A partir de então, diversos movimentos que estavam bloqueando as estradas foram se deslocando para as principais cidades do país. No dia seguinte, os professores rurais de La Paz, maiores protagonistas dos atos de julho, somaram-se às manifestações. O TSE divulgou o calendário eleitoral fixando as eleições para 18 de outubro, o que logo foi aprovado pela Assembleia Plurinacional, de maioria *masista*. Áñez assinou uma lei que garantia que as eleições ocorreriam até a data estipulada. Ainda que a COB e o *Pacto de Unidad* tenham declarado que a lei e o calendário eleitoral foram aprovados sem diálogo com as organizações populares, no mesmo dia o MAS, a COB, o *Pacto de Unidad* e as Seis Federações do Trópico de Cochabamba pausaram as mobilizações — deixando claro que protestariam novamente caso o acordo não fosse cumprido.

No início de setembro, já com o calendário eleitoral vigente, os comícios das candidaturas à presidência foram as principais agendas de mobilização. Houve, porém, algumas ações pontuais, como a do dia 9 em La Paz exigindo auxílio-refeição, ou a do dia 22, contra a privatização de aeroportos. Em agosto e setembro, também movimentos à direita, como a *Juventude Cochala*, realizaram mais de dez ações em locais como Cochabamba, La Paz e Santa Cruz. No geral, as ações tiveram uso mais intenso da força e geraram confrontos. Algumas contaram com ataques a instalações do MAS e a outros estabelecimentos.

Brasil de julho a setembro: entre mobilizações e paralisações

Mariane Silva Reghim¹
Natasha Martín Lauletta²

Em julho, Brasil foi o país em que mais pessoas morreram por covid-19 no mundo: 31.669 durante os seus 31 dias, resultado da marca diária de mais de mil pessoas falecendo. O mês de agosto trouxe o resultado da crescente flexibilização desde julho: 100 mil mortos por covid-19 no país, dado que veio acompanhado de mais uma crítica de Jair Bolsonaro (sem partido) ao isolamento social. Em vez de essa estatística reforçar as medidas de distanciamento, estas foram cada vez mais relaxadas, principalmente por apoiadores do governo federal. O mês também foi marcado pelas primeiras fotos de praias lotadas no Rio de Janeiro, já como um indício de como seria o primeiro feriado em tempos de “flexibilização” de medidas sanitárias, apesar do discurso de respeito pelas normas.

Em setembro, alcançamos a marca de 140 mil pessoas que perderam a vida para a doença no país. Após quatro meses como ministro interino da Saúde, Pazuello foi nomeado oficialmente em setembro, aderindo totalmente à linha do presidente. Apesar da gravidade da situação, permanecemos sem uma ação estatal conjunta para enfrentamento da pandemia.

Ao contrário dos meses anteriores, marcados pela constante agitação provocada por falas descabidas de Bolsonaro, no mês de julho a principal aparição do presidente se deu pelo resultado positivo de seu exame para covid-19. O fim de agosto foi marcado pela declaração de Bolsonaro da não-obrigatoriedade de se vacinar. Em setembro, a aparição de maior destaque do chefe de Estado ocorreu em seu pronunciamento na Organização das Nações Unidas (ONU), na qual ele reforçou seu posicionamento anti-quarentena para o restante do mundo.

A organização popular, por outro lado, de certa maneira desatrelou a sua agenda da atividade presidencial, deixando de ser reativa e pautando a pandemia para além do presidente. Além disso, voltaram à cena demandas que são anteriores e serão posteriores à crise sanitária. No começo de julho, tivemos a 1ª paralisação nacional dos entregadores de aplicativo, cuja pauta sobressaiu no momento de isolamento, mas cujas conquistas transcendem o presente. Ainda em julho, houve a segunda paralisação nacional dessa categoria, com o objetivo de manter a mobilização pelo #BrequedosApps.

Além disso, tivemos a Virada pela democracia, evento online que contou com a organização e participação de diversos movimentos sociais e populares, tendo uma ampla agenda de debates, relacionando democracia a direitos, ciência, movimentos sociais, etc. Também de maneira online, julho teve a 1ª Assembleia Mundial pela Amazônia, tendo como principal mote o debate sobre o território amazônico e o povo que nele vive. Além dos momentos de reflexão e debates internos e de troca de experiências e vivências, em meados de julho pelo menos 40 movimentos e organizações sociais como CUT, UNE e MST protocolaram um pedido de impeachment do presidente Bolsonaro, o 45º já registrado.

O trimestre também foi marcado pelo constante medo de despejos, realizados em Belo Horizonte, São Paulo e Goiás, por parte dos governos estaduais. Além de não garantir elementos básicos de dignidade humana e social, governadores e prefeitos mostraram o descaso pela vida daquela população que nem tinha emprego para perder e que se viu impossibilitada de buscar seu sustento de maneiras outras. A violência policial, tendo como alvo corpos negros e jovens é a única atividade do Estado e dos estados que permanece constante, em tempos de pandemia ou não. O assunto é

¹ Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL e a CESP. E-mail: marianesreghim@gmail.com.

² Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional - PUC-Rio. Advogada. E-mail: natashalauletta@gmail.com.

recorrente, afinal a violência é todo dia.

A vitória parcial da Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros (Apib), que conseguiu uma liminar na ação que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) para criar planos de contingenciamento da covid-19 em terras indígenas, não foi suficiente para impelir uma atuação eficaz do governo. O número de indígenas infectados só aumenta, já somando quase 35 mil casos e 158 povos afetados até setembro, além da situação de precariedade nos locais que abrigam indígenas refugiados, vindos da Venezuela, contribuindo para a disseminação do vírus entre eles.

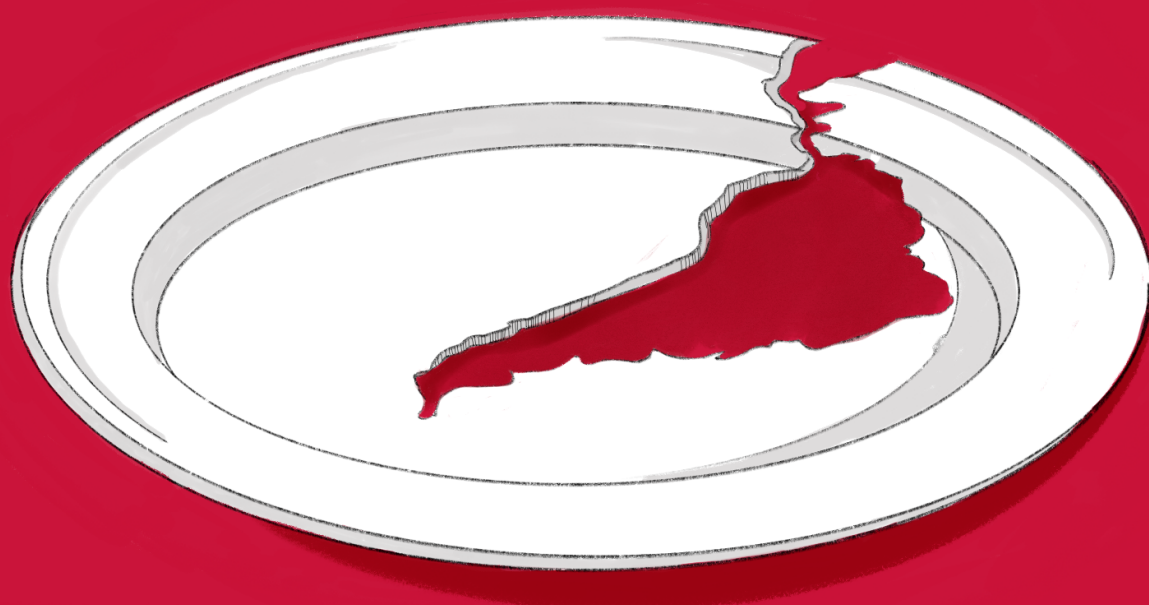
Essa política de exclusão do governo também incide diretamente na população em privação de liberdade, em sua maioria composta por pessoas negras e pobres. A crise sanitária se acentuou, vertiginosamente, no cárcere adulto e em unidades socioeducativas. O monitoramento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aponta que, de julho a agosto, o número de casos cresceu 82%. Coalizões nacionais como a Agenda Nacional pelo Desencarceramento e o grupo Socioeducativo sem Covid — composto por movimentos sociais, organizações da sociedade civil e Defensorias Públicas — têm se articulado para reivindicar os direitos das pessoas intramuros, o que, inclusive, resultou em comunicado da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao governo brasileiro para frear a proliferação do vírus nas prisões. A plataforma Covid nas prisões, liderada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER), divulga notícias sobre o assunto, incluindo o depoimento de mães de pessoas privadas de liberdade.

Após a denúncia da gravidez de uma menina de 10 anos, resultado de estupro por um familiar, o debate sobre aborto voltou aos meios de comunicação e foi tema central nas redes sociais, evidenciando a urgência do debate acerca da legalização do aborto no Brasil. Neste caso que se tornou público, a vida e o bem-estar da criança foram colocados em risco por grupos “pró-vida” que se mobilizaram a fim de pressionar sua família pela continuidade da gravidez. Apesar dos percalços, o procedimento foi realizado após a mobilização de feministas.

Não bastasse a situação de imprevisibilidade advinda com o vírus — e as crises econômica e política dele decorrentes —, o Brasil pega fogo, literalmente. Até o fim de setembro, já foram queimados 34,6 mil quilômetros quadrados do território do Pantanal, destruindo fauna e flora. Além do Pantanal, a Amazônia arde em chamas, pondo em risco a população que ali vive. Enquanto o presidente do país e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, questionam os dados e a seriedade da situação, ativistas e artistas nacionais e internacionais, movimentos sociais e ONGs denunciam as queimadas no país, criando a campanha “Defund Bolsonaro”, o que gerou indisposições entre setores do governo.

Dentre as manifestações e organizações que se sobressaíram nesses três meses, pode-se mencionar os Adolescentes Unidos contra a Covid-19 em abrigos; o ato virtual que marcou os 20 anos da Marcha das Margaridas; os Gritos dos Excluídos em Manaus; manifestações pró e contra Bolsonaro no dia da Independência do Brasil; o surgimento da incubadora social Azevixe, cujo objetivo é distribuir alimentos da agricultura familiar em territórios periféricos da cidade; a greve dos metroviários de São Paulo e mobilizações nas favelas cariocas com a parceria de enfrentamento à covid com a Fiocruz e a vitória histórica da “ADPF das Favelas” no STF que determinou o controle de operações policiais.

Percebe-se que as ações para si, para a sociedade, para a política e para a economia ocorrem de maneira paralela, tendo ampla frente de atuação e de estratégia que permite o fortalecimento de organizações sociais e populares, tanto no aspecto cotidiano quanto no institucional.



Os meses de pandemia no Chile foram marcados por efervescências populares diárias e de grande capilaridade nacional. As pautas e os atores políticos envolvidos remetem à “rebelião” de outubro de 2019, com especial atenção à agenda de combate à fome, à violência de gênero e à criminalização do povo mapuche. Desde julho, as manifestações se massificaram na medida em que a repressão policial tornou-se ainda mais violenta. Até dia 30 de setembro, foram registrados 431.600 casos confirmados de covid-19 e um total de 12.725 mortes. Uma disparada de casos em julho colocou o Chile entre os países mais infectados da região, perdendo apenas para Brasil e Peru. A situação agravada, contudo, não freou a indignação de milhares que protestam nas ruas.

O último censo populacional realizado no Chile, em 2017, aponta que 13% da população chilena é composta de povos originários. Dentre eles, 80% são mapuche. A etnia experimenta sistemáticas desapropriações por parte do Estado chileno desde sua origem, intensificadas sob a ditadura de Pinochet. Ainda hoje, o povo mapuche luta pelo reconhecimento de titularidade de suas terras e pela conservação da etnia. O Estado chileno, contudo, não atua em sentido reparador, mas repressor. O uso indevido da lei antiterrorista (Lei nº 18314/1984) para enquadrar as lutas dos mapuche como atos terroristas, e assim encarcerá-los, é um exemplo mais recente dessa relação. Hoje são 27 presos políticos mapuche, muitos ainda sem julgamento e que respondem com greve de fome desde maio.

De julho a agosto, ocorreram enfrentamentos entre a polícia e comunidades mapuche nas imediações do Museu Mapuche de Cañete. Em Osorno, manifestantes em apoio aos presos mapuche foram detidos durante um protesto pacífico. Em 28 de julho, uma “ação de propaganda” realizou um bloqueio da rota Quilpé-Viña como um chamado de solidariedade com os presos mapuche nas prisões de Angol, Temuco e Lebu. No dia seguinte, voos de reconhecimento tático da Força Aérea e Armada do Chile sobrevoaram territórios mapuche. Vigílias, barricadas, manifestações de rua e de redes ocorreram de norte a sul no país em julho, agosto e setembro.

As violações do Estado chileno contra os povos originários foram denunciadas em comunicado do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e por diversas organizações de direitos humanos do país. A tensão crescente do Estado com o povo mapuche criou uma atmosfera de autorização da violência contra essa população, evidenciada pelo aumento da violência da extrema direita contra os mapuche. No dia 1º de agosto, integrantes de grupos supremacistas atacaram manifestantes indígenas que protestavam em frente às prefeituras dos municípios de Victoria e Curacautín (região de Araucanía), fazendo uso de paus, pedras e inclusive incendiando uma caminhonete. Os *carabineros*, policiais que integram a Força de Ordem e Segurança do país, mesmo que presentes fizeram vista grossa para as ações.

Há, atualmente, mais de 2,3 milhões de desempregados no Chile. Somada à condição de crise da pandemia, uma pauta fundamental é a do sistema previdenciário. Foi votada uma reforma constitucional que permite aos afiliados das Administradoras de Fundos de Pensões (AFPs) sacar até 10% da aposentadoria. A votação negativa, em 15 de julho, foi respondida com protestos de rua e *cacerolazos* (panelaços). Sob o chamado “velório do sistema”, os manifestantes performaram o “enterro” do neoliberalismo, em lugares como Valdivia, Quilicura, La Florida e Valparaíso. Os manifestantes entoavam “*Con hambre y cesante no hay cuarentena que aguante*” (“Com fome e sem

3 Doutoranda e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ, bolsista CAPES e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@iesp.uerj.br.

emprego, não há quarentena que dure”). No dia 22 de julho, a reforma constitucional foi, por fim, aprovada; e o movimento, vitorioso.

Cabe ressaltar que, em outubro de 2019, quando houve revoltas por todo o Chile por melhores condições de vida e contra as políticas neoliberais do governo Piñera, foi acordado um plebiscito para a reforma da Constituição, vigente desde a ditadura de Pinochet. A consulta, que antes estava agendada para abril deste ano, foi algumas vezes adiada por conta da pandemia e, em setembro, foi marcada para 25 de outubro. Discussões populares vêm sendo organizadas em formato virtual por diversas frentes de modo a estudar possibilidades e conscientizar sobre processos de mudança. Desde maio, manifestações de rua acontecem no Chile, a despeito das restrições impostas para a contenção da pandemia. De julho a setembro, a crescente adesão às mobilizações foi notável, criando frentes de resistência à violência repressiva do Estado chileno, que agiu com ofensiva letal contra manifestantes, chegando a ferir mais de 400 pessoas nos olhos, algumas das quais ficaram cegas, e também reprimindo e detendo jornalistas independentes. Nos protestos, unem-se mapuches, chilenos e imigrantes contra as políticas neoliberais de Piñera e em denúncia às violações de direitos do povo mapuche.

Semanalmente, manifestantes passaram a ocupar praças, em especial na capital chilena, exigindo liberdade aos presos políticos, renúncia de Piñera e combate à fome e ao desemprego. Em setembro, uma manifestação comemorando o 50º aniversário do triunfo de Allende e da Unidade Popular (UP) foi duramente reprimida. Em resposta, panelas soaram um intenso *cacerolazo*, demonstrando apoio às mobilizações.

O Dia Internacional da Mulher Indígena (5 de setembro) foi lembrado a partir das denúncias da violência estatal impetrada contra mulheres e meninas mapuche. Nesse sentido, os meses de agosto e setembro mobilizaram os mais diversos grupos, coletivos e organizações em torno da pauta de fim e refundação dos *carabineros*, que protagonizam a repressão dos protestos e foram incontáveis vezes denunciados por violação de direitos humanos. Foram convocados protestos nacionais pela renúncia de Piñera, justificada pela repressão e criminalização dos movimentos. A manifestação do dia 23 de setembro, por exemplo, teve expressiva adesão popular.

Uma sequência de protestos teve como pauta o combate à fome e às políticas neoliberais. Barricadas semanais foram organizadas em Renca, além de *cacerolazos* nacionais com o lema "*Por el pan, pensiones, salud, trabajo!*" ("*Por pão, pensões, saúde, trabalho!*"), acompanhados das hashtags *#nomásneoliberalismo* e *#fueraapiñera*. Dentre os protagonistas das ações, destacam-se os migrantes, que seguem em luta por sua regularização. As *ollas comunes*, cozinhas autogeridas para suprir emergências locais da fome, foram reprimidas por forças policiais, culminando em enfrentamento no dia 23 de julho. Outras iniciativas também estiveram em curso, como a distribuição de “refeições solidárias” para migrantes em Santiago. A repressão se deu também no plano das organizações de redes de solidariedade, encerradas por justificativa sanitária ou apenas reprimidas e dispersadas com gases e bombas de efeito.

A semana do dia 20 de julho foi marcada pelo dia das mulheres afro-latinas, mas também por intensa mobilização demandando justiça para Antônia, jovem chilena que se suicidou depois de sofrer violência sexual. Foram *cacerolazos* diários, campanha virtual e manifestações nas ruas. O primeiro protesto, em Valparaíso, contra as medidas do Tribunal de Temuco, denunciadas como machistas, terminou com a detenção de mulheres. A sequência de *cacerolazos* a partir do mesmo dia teve a seguinte denúncia: “Si violan la cuarentena van presos. Si nos violan a nosotras, no!” (“Se violam a quarentena, vão presos, se nos violam, não!”). Somaram-se, em agosto, discussões virtuais com países latino-americanos sobre a legalização do aborto.

Sobre a Covid-19 na Colômbia, registraram-se mais de 930 mil casos, com um número de 28 mil mortos até 15 de outubro de 2020. A média caiu quando comparada ao mês anterior. Foram 6 mil novas infecções em 12 de outubro; em contraste com o mês dia 20 de agosto o qual registrou mais de 12 mil. O número de casos ativos também caiu, eles eram mais de 169 mil, em agosto e passaram a ser 85 mil em outubro. Apesar desses números darem a impressão de que a Covid-19 está gradualmente deixando de afetar o país, o número de mortes continua elevado e batendo recordes. Em agosto, o número de mortos chegou até a um pouco mais de 19 mil, ao passo que, em outubro, esse número chegou a um pouco mais de 28 mil.

Já sobre acontecimentos políticos no país, em 10 de setembro de 2020, a polícia colombiana matou um advogado, Javier Ordóñez, com sucessivos choques elétricos. Testemunhas que gravaram a cena da abordagem, dizem que reiteradas vezes foi solicitado aos policiais que parassem de dar choques, uma vez que a vítima estava a se asfixiar. Esta morte foi emblemática para lembrar o uso excessivo de força por parte das autoridades policiais. Tal fato, por sua vez, gerou um sem número de protestos, principalmente na capital do país. Os protestos resultaram na morte de sete pessoas.

Esses protestos e mortes alertaram atores internacionais como União Europeia. Um dos representantes, Josep Borrell, tratou de enviar uma mensagem de suporte às vítimas e aos jovens que decidiram fazer parte das manifestações. Já no que se refere às autoridades e ao governo, em 15/09, o ministro da defesa do país Carlos Holmes Trujillo reconheceu em uma sessão do congresso que a morte de Javier Ordóñez foi provocada por forças policiais as quais, em suas palavras, atuaram de modo equivocado, desrespeitando um método ético de ação da polícia.

Porém, embora tenha reconhecido o erro, o ministro defende que isso foi apenas um episódio e defendeu a instituição policial. Ainda, a autoridade chamou atenção para vândalos que macularam a infraestrutura da capital colombiana. Por último, segundo a polícia, essa destruição—de caixas eletrônicos, bancos e paradas de ônibus — seguiram um padrão em Bogotá, Cali e Cúcuta e, por isso, podem ser considerados como parte de ações de grupos considerados como “terroristas” como o Exército de Libertação Nacional (ELN).

Dentre essas manifestações que supostamente “vandalizaram” estruturas da cidade, chama-se a atenção para derrubada da estátua de Sebastián de Belalcázar em Popayán, um dos fundadores da cidade. Belalcázar foi um colonizador espanhol, responsável pela morte de milhares de indígenas. Vale acrescentar que a estátua foi derrubada por esses nativos indígenas da cidade como misak, pijão e nasa que subiram o tradicional morro de Tulcán, surpreendendo forças policiais e, por fim, performaram o ato.

Todos esses protestos geraram tensões dentro das próprias instituições colombianas. Já no dia vinte do mês de setembro, o ministro da defesa, Carlos Trujillo, promoveu censura às manifestações ao instigar forças policiais a dispersarem-nas. Para isso, Trujillo dedicou uma força policial específica para lidar com as manifestações — la Esmad — a qual, segundo ele próprio, está presente em 105 países.

Contudo, seguindo um caminho oposto, a Suprema Corte do país declarou inconstitucional essa ação do ministério. Ademais, o órgão do judiciário também ordenou que o ministro pedisse “desculpas” públicas pelos excessos uso policiais. Por sua vez, o ministro voltou a reiterar que os são episódicos e que, em outros momentos, policiais foram impelidos a usar a força devido ao fato de

¹ Paulo Limongi é doutorando em sociologia pelo IESP-UERJ.

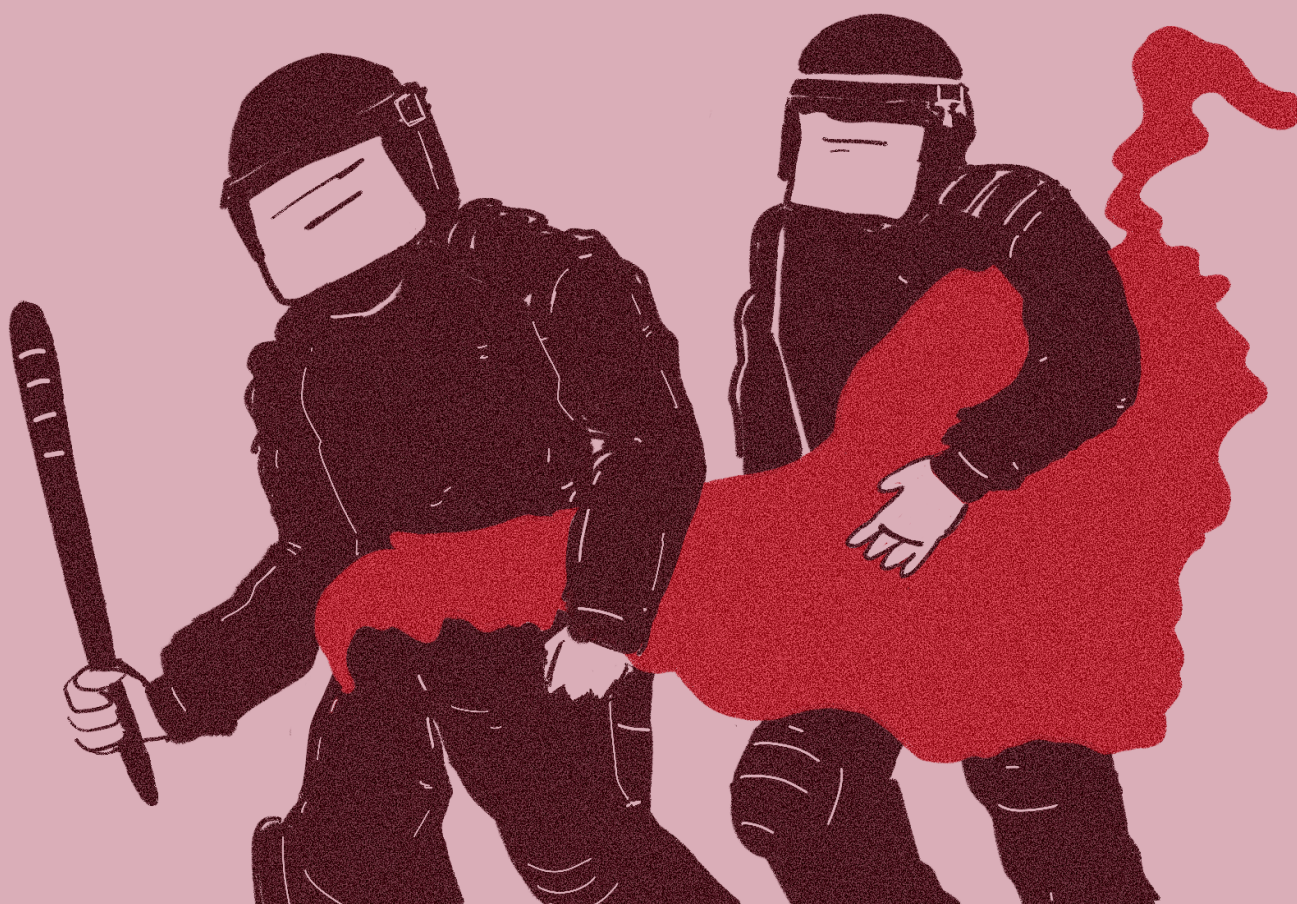
haverem “vândalos” infiltrados dentro das manifestações. Com essa fala, o ministro voltou a defender a presença da Esmad para lidar com as manifestações.

Por último, essa tensão também esteve presente entre governo e oposição. O ex-presidente do partido liberal, César Gaviria Trujillo, endossou as manifestações ao dizer que elas representam a luta pelo “fim das desigualdades sociais”.

Outro acontecimento de grande importância para Colômbia foi a liberação do ex-presidente Álvaro Uribe, preso sobre a acusação de ameaçar testemunhas. Uribe cumpria prisão domiciliar e foi liberado. A investigação contra o ex-presidente começou em 2012, quando acusou seu adversário, Iván Cepeda, de criar fakenews que o ligariam a grupos extremistas. Outra prisão de grande importância foi a do ex-líder, Rodrigo Tovar Pupo, da Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC)². A prisão de Pupo ocorreu em 28 de setembro de 2020 e ele é acusado de crimes como genocídio, sequestro e tortura. É válido lembrar que o Grupo AUC foi desmontado depois de um acordo com autoridades colombianas.

Todos esses acontecimentos apontam para uma possível crise política na Colômbia. O aumento da presença das forças policiais é responsável tanto por gerar os protestos quanto pela violência usada contra os manifestantes. Isso nos leva a crer que os embates entre forças policiais e civis levariam a crises institucionais, pois houve confrontos entre poderes (judiciário e ministério da defesa) e entre oposição e governo. Fora isso, a prisão de ex-líderes políticos também aponta para uma possível crise de representação. Apesar desses fatos, a Colômbia parece estar controlando a infecção por Covid-19 melhor que países como o Brasil.

² É um grupo de extrema direita que atua como força paramilitar.



Cuba é uma pequena ilha situada a apenas 140 quilômetros do país que registra o maior número de casos de contaminação por covid-19, os Estados Unidos, e é parte da América Latina, região que soma mais da metade do número de casos do mundo, sendo considerado o epicentro da doença, desde julho. Neste mesmo mês, Cuba registrou apenas uma morte por covid-19. O país foi acometido por uma segunda onda de contaminação e, a partir de 1º de setembro, novas restrições foram implementadas, como toques de recolher noturnos, multas elevadas, proibição de viagens internas e até penas de reclusão. Até 30 de setembro, foram reportados 122 óbitos e um total de 5.670 casos confirmados da doença. Cuba tem a menor taxa de mortalidade da região latino-americana, com uma média de nove óbitos a cada grupo de milhão.

O governo cubano avalia que a crise globalmente enfrentada é sanitária, mas é também, e fundamentalmente, socioeconômica e humanitária. Os agentes de governo têm reiteradamente argumentado nas esferas de debate internacionais que a pandemia agudiza os problemas de um planeta marcado por profundas desigualdades, "onde 600 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza e onde quase metade da população não tem acesso a serviços básicos de saúde". Nesse sentido, o país vem denunciando os problemas e agravamentos que as políticas neoliberais representam para o enfrentamento da crise, levando em conta pandemias anteriores, como a da fome.

Cuba começou a se preparar de modo preventivo para a pandemia ainda no final de janeiro, dois meses antes de o primeiro caso da doença ser confirmado no país, com o Plano para a prevenção e Controle do Coronavírus. Desde então, medidas como a capacitação em biossegurança de profissionais da saúde e outros servidores, a criação do Grupo de Ciência para o Enfrentamento da Covid-19, do Observatório de Saúde Covid-19, e o Comitê de Inovação foram implementados. Com o primeiro caso, registrado em 11 de março, a quarentena total, o acompanhamento diário, a separação por gravidade de casos e o estudo dos assintomáticos foram alguns dos diferenciais que garantiram as melhores taxas da região. Ao mesmo tempo, foi dada continuidade ao subsídio alimentar da população, que vigora desde o "período especial", e os salários foram garantidos aos trabalhadores com 100% do valor no primeiro mês e 60% nos seguintes. Grupos feministas, LGBTQI, de profissionais do sexo e de luta antirracista, denunciam a insuficiência dos auxílios e a difícil situação com que se deparam em meio à pandemia, como principais vítimas do aumento da repressão. Soma-se a auto-organização a fim de atender de modo emergencial grupos mais vulneráveis, bem como realizar discussões virtuais e acolhimentos para vítimas.

A dificuldade gerada pela pandemia em si foi somada ao recrudescimento das medidas do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos a Cuba por quase 60 anos. Entre outras restrições, os EUA proibiram voos que levavam suprimentos e equipamentos para Cuba, como máscaras de proteção, testes de covid-19, respiradores e insumos químicos. Por fim, o presidente americano, Donald Trump, anunciou na primeira semana de setembro a prorrogação do embargo por mais um ano. Com a ofensiva estadunidense e a crise econômica e sanitária do país, foram cruciais para Cuba suas últimas décadas de políticas de saúde pública, universal e gratuita, bem como a prioridade que dedica a investimentos em saúde e assistência social, que representam 27,5% do orçamento do país.

Um instrumento importante mobilizado por Cuba para uma rápida resposta na pandemia tem sido o sistema de atenção básica, cuja proximidade com as comunidades favorece o intercâmbio direto com a população. Também os Comitês de Defesa da Revolução (CDR) — que em setembro completaram 60 anos — cumprem papel fundamental na relação aproximada para o processo de conscientização e informação dos bairros.

Outro elemento importante do sistema de saúde cubano é a indústria médico-farmacêutica que, em uma situação de escassez de recursos, combina ciência avançada e inovações criativas. Destaca-se, ainda, que em 24 de agosto Cuba se tornou o único país da América Latina e do Caribe a entrar na fase final de testes em humanos de uma candidata a vacina contra a covid-19, a Soberana 01. A expectativa

¹ Doutoranda e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. E-mail: larasartorio@iesp.uerj.br.
Comunica América Latina II, jul/set, outubro 2020, Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

é de que a vacina seja aprovada e esteja disponível para todo o povo cubano a partir de fevereiro de 2021. Em acordo com a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), no dia 9 de setembro, ficou decidida a disponibilização gratuita da vacina também para outros países da região.

Ainda que Cuba seja a demonstração da relevância e da centralidade de respostas estatais nesse momento de crise global sanitária, o que a difere em muitos aspectos do resto do mundo, o sucesso cubano não está restrito a ações estatais. Um esforço continuado e coletivamente empenhado é verificado entre a população cubana, enquanto comunização de outro modo de vida. Uma primeira dimensão a ser considerada é a importância da soberania alimentar nas considerações do país, elevando-se à centralidade também das estruturas estatais durante a pandemia, desde maio.

Apesar de segurança e soberania alimentar serem questões fundamentais para Cuba após o “período especial”, muitas dificuldades vêm sendo enfrentadas. A primeira delas é de que tipo de agricultura Cuba lançaria mão. Um diferencial nesse processo, com aumento de uso de agrotóxicos e transgênicos no país, foi a organização por parte do próprio campesinato em torno da agricultura familiar. Foi criada a metodologia “camponês a camponês”, firmando de maneira coletiva e horizontal um modo de compartilhamento de conhecimentos sobre sementes, terra e culturas entre os próprios camponeses. Assim, firmam-se hoje experiências agroecológicas que são exemplos para o mundo.

Em meio à crise pandêmica, a necessidade de aceleração da produção foi acompanhada da narrativa de urgência de uso de agrotóxico e fertilizantes na produção agrícola. Uma vez que o bloqueio persiste, contudo, a produção, o desenvolvimento e o uso de bioprodutos a nível nacional deverá ser cientificamente executada no próprio país. O tema trouxe ao debate público uma série de questões e posicionamentos entre as/os cubanas/os vinculados à alimentação, incorrendo em iniciativas críticas como a organizada pelo *Grupo Técnico de Jóvenes Agroécólogos* (GJA), que organizou o I Fórum Iberoamericano de Jovens agroecólogos@s, de 29 de setembro a 1º de outubro.

No mês de julho, o sistema público de saúde de El Salvador operava no limite de sua capacidade e familiares dos hospitalizados compravam materiais para seus parentes por conta própria. No início daquele mês, o país assistiu a mobilizações de comunidades indígenas contra a construção de uma usina hidrelétrica, a *Pequeña Hidroeléctrica Nuevo Nahuizalco II*, rechaçada em 2014 e reapresentada em 2019, com a chancela do presidente do país, Nayib Bukele.

As temáticas relativas à saúde seguem centrais, como na manifestação do dia 9, feita por um grupo de médicos em *Ahuachapán*, que pediam uma quarentena de 15 dias. O protesto terminou com uma discussão entre o presidente e o chefe da Polícia Nacional Civil, seguido de sua destituição, via *Twitter*. Na semana seguinte, trabalhadores da Setorial de Saúde do *Instituto Salvadoreño del Seguro Social (ISSS)* realizaram uma mobilização por melhores condições de trabalho. Esse mesmo instituto, em 16 de julho, promoveu um ato em frente à Assembleia Legislativa, com o pedido de uma quarentena de 15 dias. O protesto incluiu a queima de bandeiras dos dois partidos tradicionais na disputa política, o FMLN e o ARENA. O fato de os manifestantes não terem colocado fogo na bandeira do partido de Bukele, o GANA, levantou suspeitas de que a ação tenha tido apoio do governo.

A quarentena seria imposta por um decreto, portanto foi rechaçada por grande parte da população, temerosa dos arroubos autoritários do presidente. As eleições internas do partido *Nuevas Ideas*, criado em 2018, também foram recebidas com um ato de filiados e pré-candidatos pelo partido em frente à sede do Tribunal Supremo Electoral (TSE). Houve denúncia de fraudes e pedido de destituição do presidente do partido, Xavi Zablah Bukele, que é primo do presidente do país.

A categoria de trabalhadores da saúde seguiu mobilizada e, em 21 de julho, realizou uma marcha, com a Setorial de Saúde do ISSS, por mais leitos e melhores condições nos hospitais de El Salvador. Nesse íterim, em 23 de julho, foi retomada uma polêmica sobre a trégua do ex-presidente do país, Mauricio Funes (FSLN), com as *pandillas (como são chamadas as gangues de rua)* entre 2012 e 2014. Além de Funes, estaria envolvido o ministro de Defesa e Segurança da época, David Munguía. A alegação é negada por ambos.

Para o jornalista Oscar Martínez, negociações com tais grupos criminosos são frequentes no país e o resultado segue sendo a *pax armada*. No final de julho, os trabalhadores do *Sindicato de Trabajadores del Instituto Salvadoreño del Seguro Social (STISSS)* denunciaram improbidades administrativas de gestões prévias e apontaram o prefeito de San Salvador, Ernesto Muyschondt, como responsável pela ausência de pagamento. Nos últimos dias do mês, uma pequena manifestação em frente ao *Instituto Salvadoreño de Bienestar Magisterial (ISBM)* jogou luz sobre a falta de atenção aos docentes sindicalizados, que procuram os serviços do ISBM e não são atendidos em caráter emergencial. Em 31 de julho, a pressão do movimento feminista salvadorenho surtiu efeito e o feminicídio de Jocelyn Abarca, em 2018, teve como resultado final a condenação de seu assassino a 50 anos de prisão.

Em agosto, a crise hídrica foi destaque no país, com a falta de água potável devido a falhas técnicas em várias regiões da capital, São Salvador. O presidente da *Administración Nacional de Acueductos y Alcantarillados (ANDA)* chegou a ser convocado para dar explicações sobre o desabastecimento. No dia 18, ocorreu igualmente um ato de distintas organizações pela soberania alimentar, em defesa do direito humano à alimentação. No mesmo dia, a crise levou os moradores de

¹ Pesquisadora do NETSAL e professora do Departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPel. Email: simone.gomes@ufpel.edu.br.

Soyapango, da *Asociación de Consumidores de Soyapango (ACUS)*, a realizarem um protesto pela renitente falta d'água.

Ainda em 11 de agosto, havia ocorrido uma manifestação dos trabalhadores do transporte, com a ameaça de paralisação no dia 23 caso o governo não aumentasse o preço das passagens. Essa mobilização recorrente, organizada pela Mesa Nacional de Transportes, o sindicato dos trabalhadores de transportes, tem demandado também o pagamento de salários atrasados.. No dia 27 de agosto, os trabalhadores do setor fizeram uma marcha até o Ministério de Obras Públicas (MOP) pelo aumento das passagens, e, no dia seguinte, houve um encaminhamento ao Ministério da Economia pelo aumento da tarifa de transporte. Outro protesto, no dia 26, foi realizado pelo *Sindicato de la Asociación Salvadoreña de Trabajadores Municipales (ASTRAM)* e por integrantes do *Sindicato del Instituto Salvadoreño del Seguro Social (STISSS)*, com a demanda por aposentadorias atrasadas da categoria. Também no final daquele mês, 15 sindicatos se mobilizaram em torno do assassinato de Weder Meléndez, membro da ASTRAM, ocorrido no começo de agosto.

Setembro se iniciou com um grupo de *viveristas* (produtores), em sua maioria mulheres, em uma manifestação em frente ao Ministério de Agricultura, pelo cumprimento do subsídio de 250 milhões de dólares para suas plantações de café. No dia 3, um grupo de mulheres despedidas das Indústrias Florenzi marchou até a Assembleia Legislativa para demandar explicações ao ministro do Trabalho sobre cerca de cem demissões sumárias. No dia seguinte, membros do *Sindicato de Trabajadores de la Alcaldía de Soyapango (SITRASOYA)* denunciaram as agressões físicas sofridas, particularmente os da *Unidad de Desechos Sólidos*, ao protestar na semana anterior contra a privatização do sistema de coleta de lixo, em que pesem as controvérsias surgidas sobre os métodos e motivações dos grupos mobilizados.

Naquele mesmo mês, as investigações do grupo de jornalismo investigativo *El Faro* vieram a público trazer a negociação constante do presidente Bukele com as pandillas desde outubro de 2019, com ruídos que ecoaram nas semanas seguintes, seguidos de uma disputa narrativa sobre a veracidade das informações e o pretenso financiamento estrangeiro do portal de notícias em que foram divulgadas as reportagens. Ademais, o debate subsequente se deu em meio à redução histórica dos números de homicídios do país este ano, supostamente resultado da trégua pactuada.

No dia 11 de setembro, a principal notícia foi a prisão do general Orlando Montano, de 77 anos, após o julgamento realizado em Madri pela matança de 15 padres jesuítas em 1989, durante a sangrenta guerra civil no país. Em 14 de setembro, o Movimento Feminista salvadorenho propôs um Tuitazo, o *#IndependenciaLivredeViolencia*, após a divulgação de dados que indicam aumento da violência durante o *lockdown*. Dez dias depois, Bukele fez um tuíte jocoso acusando os participantes das marchas recentes no país de não serem, de fato, trabalhadores. Já no último dia de setembro, veteranos de guerra marcharam em frente à Assembleia Legislativa pelo aumento do orçamento do seu setor em 2021.

Uma microfísica da pandemia equatoriana

Daniel Henrique da Mota Ferreira¹

O povo equatoriano foi flagelado pelo coronavírus, cuja passagem levou a mais de 28 mil mortes em excesso até o final de julho, comparado ao período de 2018 e 2019. Enquanto em Guayaquil, maior cidade do Equador, os números se arrefecem, na região Amazônica e na região Central o número de mortos se multiplicou, levando ao autoconfinamento de comunidades indígenas nas regiões de Lojas, Imbambura e Tungurahua, no início de julho.

Para além da doença, o vírus impacta a economia, como no caso das Ilhas Galápagos, que passam por problemas graves por estarem voltadas ao setor turístico. Desde o início de julho, a reação ocorre pelos trueques (escambos) organizados localmente. Quanto à questão ambiental, mais de 260 navios internacionais, a maioria deles chineses, depredam a fauna local. Embora o Equador pouco possa fazer além de monitorar as águas internacionais, ativistas ambientais se unem à denúncia a partir da #SOSGalápagos e da #200millasPorLaVida.

A #SOSDerrameAmazonia, sobre o derramamento de petróleo ocorrido em maio, foi outra hashtag de ativismo ambiental muito repercutida internacionalmente. A causa, impulsionada pelos povos originários, ganhou nova tração com a eleição da liderança Waorani, Nemonte Nequimo, como uma das 100 personalidades do ano pela *Times*, ressaltando seu trabalho em defesa da preservação e autonomia dos territórios pertencentes às nações originárias ante as petroleiras.

Também é o vírus o vetor do cancelamento da manifestação marcada para meados de julho, pela *Frente Unitario de Trabajadores* (FUT), por conta da Lei de Apoio Humanitário, já aprovada, mas que segue sendo contestada na Corte Constitucional. No entanto, novas mobilizações como a dos taxistas e setores do transporte público ocorreram em Quito e, na mesma cidade, os professores públicos apoiados pela UNE protestaram por seus salários.

As ruas se esfriam, mas as instituições se aquecem com o início da pré-campanha e a renúncia do vice-presidente Otto Sonnenholzner. Com a posse de Maria Alejandra Muñoz, terceira mulher na História do país a ocupar o cargo, Lenin Moreno tem seu quarto vice-presidente em dois anos. Se o desgaste é grande no governo, o mesmo ocorre com seus opositores, como se comprova da decisão do Consejo Nacional Electoral (CNE) reafirmando a suspensão de quatro movimentos políticos e sua possível extinção por irregularidades no número mínimo de filiados, dentre os quais o *Fuerza Compromiso Social*, ligado à Rafael Correa e sua base. Todos recorreram da decisão.

Os movimentos sociais também se lançam à janela política. Nos idos de julho, o movimento campesino lançou seu candidato, Richard Intriago, aproveitando o sucesso dos *trueques*. Também em meados do mês, o Parlamento de los Pueblos — composto por dezenas de organizações, dentre elas a *Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador* (CONAIE) — atualizou suas propostas antineoliberais para a pandemia. A iniciativa “Minga por la vida” traz como eixo uma forte tributação sobre milionários e grandes empresas equatorianas.

Em que pese que as propostas devem ser apresentadas a qualquer candidato interessado, a Frente Popular declarou apoio ao candidato a ser escolhido pelo Pachakutik (PK), braço político do movimento indígena. O PK referendou Yaku Pérez como candidato no final do mês, deflagrando reações da CONAIE, para quem o tempo de apresentação de candidaturas ainda não havia sido fechado, e as primárias, portanto, ainda deveriam ocorrer. A Confederação, em comunicado oficial, referendou sua posição de novas primárias e respaldou Jaime Vargas, presidente da CONAIE, e

¹ Mestrando do IESP-UERJ. Bolsista FAPERJ nota 10. Membro do NETSAL (IESP) e do NELUTAS (UNIRIO). email: danielhmf@iesp.uerj.br.

Leonidas Iza Salazar, dirigente do *Movimiento Indígena de Cotopaxi*, lideranças em torno das quais gravitaram os massivos protestos de outubro de 2019.

O PK voltou atrás e aceitou que os candidatos concorressem, mas não aceitou a mudança das regras do colégio eleitoral, levando o Conselho a ameaçar elevar a decisão a uma sentença indígena. Entretanto, decidindo por manter a unidade do movimento, Iza e Vargas desistiram das candidaturas em nome de Yaku Peréz, e confirmaram como vice a cientista e ambientalista Virna Cedeño. Em contrapartida, Vargas deverá encabeçar a lista para a candidatura ao Legislativo.

Ainda em agosto, o movimento campesino ficou sem representante. Richard Intriago abandonou sua candidatura, antes dada como certa, alegando que o movimento político *Unión Ecuatoriana*, grupo ao qual tinha se filiado, pediu dinheiro e um caminhão em troca da sua candidatura. Em repúdio, os membros ligados ao movimento campesino abandonaram sua filiação.

Ao final do mês, o impacto da pandemia em Galápagos seguia crítico. Em reação, os protestos se intensificaram ao longo de agosto, culminando, no dia 24, no bloqueio da única estrada que ligava o lugar ao centro urbano de Santa Cruz. Três dias depois, o governo de Lenin Moreno decretou um repasse especial a 3 mil famílias de Galápagos. Além disso, o governo se comprometeu a incluir meio milhão de famílias no *bono de desarrollo humano* — programa de transferência de renda de 50 dólares a famílias em condição de miséria — e a dar um repasse alimentício a 44 mil famílias, como forma de combate à desnutrição infantil. O anúncio é bem-vindo, uma vez que 83% dos trabalhadores estão desempregados ou em condições precárias.

As fagulhas de descontentamento se manifestam no crescimento da oposição política e social. Na política, o maior nome da oposição, o correísmo, anunciou no dia 18 de agosto André Arauz, do Centro Democrático (CD), como seu candidato a presidente, e Rafael Correa como seu vice, pela *Unión por la Esperanza (UNES)*, coalizão de movimentos incluindo o suspenso *Fuerza Compromiso Social* e CD. Os candidatos de UNES que estavam no *Compromiso Social* irão se apresentar pelo CD. Correa, porém, foi impedido de concorrer, por não homologar sua candidatura até 2 de setembro, devido à sua condenação a 8 anos de prisão que o impede de ir ao Equador. Em 16 de setembro, o jornalista Carlos Rabascall assumiu como segundo nome da coalizão, formalizando a chapa. No dia 18, uma sondagem apresentava Arauz eleito ainda no primeiro turno.

Já no aspecto social, com a flexibilização da quarentena, as ruas voltaram a se aquecer, trazendo energia aos protestos. Em meados de setembro, foram convocadas as primeiras marchas desde o início da pandemia, pela FUT e pela UNE, contando com a presença de militares e demais servidores públicos com suas pautas específicas. No final do mês, houve também o dia do grito global pelo aborto legal, celebrado por meio de protestos a favor da legalização da prática e com duras críticas à recente decisão de Lenín Moreno de vetar totalmente o *Código Orgánico de la Salud*, em 25 de setembro. O COS, aprovado pela Assembleia Nacional, trazia a importância de o Estado garantir métodos anticonceptivos e, principalmente, buscava garantir que o médico respeitasse o sigilo profissional em caso de aborto. Hoje isso não ocorre, pois o Código Penal define que o médico que não denuncie a prática “criminosa” pode ser considerado cúmplice. Enquanto grupos conservadores se reuniam contra o COS, feministas o defendiam como fundamental para o período da pandemia, pois o maior tempo em casa aumentou o número de relações sexuais e violências domésticas sem qualquer contrapartida de controle da natalidade.

Até 30 de setembro, o Equador registrou 11.355 mortos oficialmente. Na contagem, porém, há 35 mil mortos a mais em relação à média dos óbitos de 2018 e 2019, no mesmo período. Com os problemas do passado sem resposta e a pandemia no presente, basta uma fagulha para um novo outubro. Não à toa, o governo teme a ignição das ruas.

A Guatemala é um país localizado na América Central, também conhecida culturalmente como berço da civilização maia, possuindo população estimada de 17 milhões de habitantes. Após uma guerra civil oriunda de mais de 30 anos de ditadura, que terminou na década de 90, o país ainda enfrenta instabilidade política. Em 2015, o então presidente, Otto Perez Molina, renunciou ao seu mandato depois ser acusado de envolvimento em um escândalo de corrupção chamado *La Línea*, e da insurgência popular sob o título de #RenunciaYa. O atual chefe de governo e Estado, Alejandro Giammatei, é o primeiro não-militar a assumir o cargo e tem empenhado esforços, desde março, no combate à pandemia.

Em 22 de março, foi adotada uma série de medidas sanitárias para conter a expansão do coronavírus no país, como suspensão do transporte público coletivo, toque de recolher parcial, suspensão das aulas em escolas e universidades, proibição das atividades sociais, esportivas e culturais, e fechamento das fronteiras à entrada de estrangeiros. Contudo, a falta de transparência em questões da saúde pública e das doações governamentais, bem como a influência da iniciativa privada organizada (CACIF) na reabertura bem no momento em que a pandemia atinge seu auge no país, com mais de 3 mil mortos e 7 mil infectados ativos, são questões fundamentais, que preocupam a população guatemalteca.

O trimestre de julho a setembro foi marcado por flexibilizações recentes. Não obstante o Congresso ter renovado, até o fim de agosto, o estado de calamidade do país com a manutenção das medidas restritivas, em meados de setembro os aeroportos — e a fronteira — foram reabertos. Em assuntos políticos, o período também foi agitado com a notícia de que teria sido desviado dinheiro da alimentação e da saúde destinados à população e de que mais pessoas foram apreendidas por envolvimento com o escândalo *La Línea*. No fim de setembro, correu a notícia de que o presidente da Guatemala estava com covid-19 e de que não haveria prorrogações do estado de calamidade.

Além disso, o auxílio governamental do Bono Familia, programa que dá um valor de até 3 mil quetzais (aproximadamente 385 dólares) em três parcelas; o Programa de Seguro Médico Escolar, que começou em abril; e o Programa de Apoio à Agricultura Familiar foram algumas das garantias de subsistência para milhares de famílias ao longo desses meses. Em questão escolar, as crianças ficaram estudando de casa, nesse período, por orientação do Ministério da Educação, o qual anunciou a finalização do ciclo escolar até 30 de novembro por um Acordo Ministerial e um plano estratégico de resposta à covid na educação pública. A organização “Diálogos” fez uma pesquisa empírica para verificar se os planos de governo prometidos para enfrentamento da crise sanitária estão sendo implementados, apontando problemas de execução em programas como o próprio *Bono Familia*.

Apesar de grande parte da população do país ser composta por indígenas (41%) — sendo, inclusive, um indígena guatemalteco o representante de diversos povos na Organização das Nações Unidas (ONU) —, a pandemia foi ainda mais severa entre eles. Os planos de assistência não chegaram, efetivamente, nas regiões territoriais com maior número de indígenas e, segundo o representante do Comitê de Unidade Camponesa (CUC), Daniel Pascual, “já havia uma pandemia de abandono dos povos indígenas”, antes mesmo daquela ocasionada pela covid. A vitória a ser destacada, nesse período, foi a demarcação de três territórios indígenas pela Corte Constitucional da Guatemala, em 28 de agosto.

A maior rede de solidariedade que surgiu, ao longo dos meses de pandemia, foi o grupo La

¹ Mestranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio. Advogada de direito humanos no Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da São Martinho. E-mail: natashalauletta@gmail.com.

Olla Comunitaria. O restaurante Rayuela, que fechou devido à pandemia, começou a mobilizar voluntários para enfrentar um dos maiores problemas da Guatemala: a fome, que se acentuou nesse período. Recebiam doações de comida e eles mesmos a preparavam e distribuíam nas ruas, para grupos vulneráveis. O movimento cresceu tanto que começou a ser replicado em outros lugares do país e, até mesmo, em El Salvador e Honduras, mas encerrou as atividades em setembro. Outras organizações também empenharam esforços, até o momento, para levar alimentos a grupos vulneráveis, como a TETO, que distribuiu kits, e a *Water for People*, que fornece água.

Entre tensões, que aludem à História militarizada do país, e mobilizações, o trimestre de julho a setembro foi marcado por outras pautas durante a pandemia. Em julho, civis armados, ao sul do país, monitoravam para que pessoas usassem máscaras nas ruas. Também aconteceu a marcha online do Desfile da Diversidade Sexual e Identidade de Gênero, que marca a memória do transfeminicídio de Conchita Alonso. Entretanto, a data de resistência não impediu a violência contra a comunidade LGBTQI+ no país, com o assassinato de uma mulher trans migrante em 7 de agosto e de um líder ativista gay, um mês depois do primeiro caso. No começo de setembro, o movimento estudantil se destacou pelo protesto em favor da descentralização do ensino superior.

Além disso, o trimestre continuou com mobilizações online, como o perfil do instagram @covidguatemala, que repostou fotos do período pandêmico pelo olhar de fotógrafos independentes; o Movimento Cívico Nacional, que divulgou diversas campanhas de arrecadação de dinheiro para compra de alimentos para a população; e a #IniciativasRuda, que possibilita a visibilidade da organização comunitária e da solidariedade de mulheres guatemaltecas.

A democracia da Guatemala, ainda tímida, enfrenta mais esta crise em 2020, marcada pela pandemia e pela corrupção governamental que faz com que os programas, em especial aqueles atinentes à alimentação, não cheguem a todas as pessoas. Mesmo com este cenário e com a crescente reabertura econômica e flexibilização do país no momento mais alarmante da propagação do coronavírus, a população se organizou para criar meios paralelos de ajuda entre si e enfrentamento à covid.



O Haiti vinha de um 2019 turbulento, com intensos protestos contra o atual presidente, Jovenel Moïse, acusado de corrupção e fraude eleitoral, quando, no início de 2020, chegaram as primeiras notícias sobre o novo coronavírus. No país mais pobre das Américas, a possibilidade de ser atingido por uma pandemia causou tanto temor que as primeiras iniciativas não tardaram a serem tomadas: ainda em março, com apenas dois casos confirmados, o governo fechou aeroportos e escolas. As aulas, que já haviam sido paralisadas por um mês entre agosto e setembro do ano passado devido à escassez de combustível — o estopim da crise política que fez manifestantes tomarem as ruas —, voltaram então a ser interrompidas em março. Só seriam retomadas cinco meses mais tarde, em 10 de agosto.

Era certo para muitos médicos e ativistas que a covid-19 atingiria em cheio o Haiti. O histórico de políticas neoliberais das últimas décadas deixou no país um solo fértil para a precarização das condições de vida e disseminação de doenças: os haitianos não contam com sistema de saúde gratuito e, segundo um relatório de 2016 do Instituto Haitiano de Estatística e Informática (IHSI), naquele ano em todo o país havia apenas 911 médicos para uma população na época de 10,7 milhões — que hoje chega a 11,4 milhões. O considerado ideal, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), é um médico para cada mil habitantes. Os haitianos têm menos de um décimo do que deveriam.

Em maio e junho, os casos tiveram uma rápida subida. O dia com mais ocorrências foi 6 de junho, quando foram registrados 332 casos de covid-19. Parecia o prelúdio de uma explosão da doença, no entanto, de julho para cá, a curva vem caindo drasticamente. No último dia de setembro, apenas 26 novos casos foram notificados.

Quanto a mortes, o ápice foi em 10 de julho, dia em que foram contabilizados sete óbitos. Porém, ao longo de agosto e setembro, o país passou 37 dias sem ver registro de nenhuma nova morte. O Haiti fechou setembro somando, desde o início da pandemia, 8.740 casos e 227 óbitos.

Agora, os médicos, integrantes de ONGs e a comunidade internacional se perguntam: por que os números da pandemia no Haiti não foram tão devastadores quanto se pensava?

Uma parte da resposta pode estar na subnotificação, consequência de um monitoramento falho da doença. Só existem dois laboratórios capazes de fazer testagem, o que indica que o número de casos é muito inferior ao real. Para efeito de comparação, o Brasil tem aproximadamente 67 mil testes por milhão — bem menos do que cientistas recomendam. Já no Haiti, realizam-se apenas 2 mil testes por milhão.

A vizinha República Dominicana, com população menor do que a haitiana — 10,8 milhões —, testa 33,4 mil indivíduos a cada milhão. Vale lembrar que os dois países dividem a mesma ilha. No entanto, a República Dominicana contabiliza 12 vezes mais casos confirmados e 9 vezes mais mortes do que o Haiti. Para muitos, com as estatísticas oficiais do governo, os haitianos estão no escuro.

Para além da falta de confiança nos dados governamentais, existe uma característica populacional que, de acordo com estudiosos, pode ajudar a explicar um número relativamente baixo de casos graves e mortes: 54% da população haitiana tem até 25 anos de idade. É um país de jovens, menos propensos a quadros severos da doença. A expectativa de vida é de 63 anos, mas a média de idade atual da população é de somente 23 anos.

Em agosto, as ruas do Haiti viram novamente uma série de protestos, uns protagonizados por professores que criticavam o governo de Jovenel Moïse, recusavam-se a retomar as aulas presenciais e

¹ Mestranda em Sociologia pelo IESP-UERJ e jornalista pela PUC-Rio. Pesquisadora do NETSAL. E-mail: clarissapains@iesp.uerj.br.

denunciavam a falta de estrutura — algumas escolas nem água tinham —, e outros protagonizados por estudantes que pediam a continuidade do ensino. Uma cena de um estudante sendo agredido por policiais no dia 25 de agosto enquanto protestava na comuna de Jacmel, no sudoeste do Haiti, chocou entidades de direitos humanos. Um deputado da oposição chegou a denunciar a agressão em um vídeo no Twitter.

Entre as principais mazelas aprofundadas durante a pandemia no Haiti, está a fome. Nesse período, a parcela da população que vive com insegurança alimentar passou a ser de 4 milhões — cerca de um terço do total de habitantes. O país é cada vez mais dependente de importação de alimentos, em especial da República Dominicana.

Há vários movimentos atuantes, em especial formados por redes internacionais, para desenvolver o setor agroecológico e ajudar o Haiti a conquistar soberania alimentar. Entre eles, a Brigada de Solidariedade Internacional Dessalines, composta por militantes de diversos movimentos sociais da América Latina, com maior participação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-Brasil) e do Pátria Grande (Argentina).

Há uma preocupação, porém, de que as redes de solidariedade de outros países latino-americanos com o Haiti fiquem cada vez mais reduzidas. Isso porque todos, hoje estão tentando combater a pandemia dentro de seu próprio território, o que pode mudar suas prioridades em relação à ajuda internacional. Isso teria um impacto avassalador no Haiti, que se configurou ao longo das últimas décadas como uma espécie de “República das ONGs”, extremamente dependente da ajuda que vem de fora.

A crise haitiana é crônica, talvez uma das mais prolongadas do continente. Mas, diante de tantos desafios, a capacidade de mobilização popular salta aos olhos. Tanto que, com seus diminutos 27 mil km² de território — menos da metade do estado da Paraíba —, conseguiu se tornar o primeiro país independente da América Latina, ainda em 1804, e é a única nação do mundo a conquistar isso por meio de uma revolução de escravos. Da força dessa população caribenha não se pode duvidar.

A situação do México na pandemia segue preocupante, fruto de um fechamento insuficiente e uma reabertura precipitada. O país tem baixíssima testagem, grandes desigualdades e um sistema de saúde desigual e fragmentado. No fim de setembro, havia quase 80 mil mortes por covid-19. É o segundo país latino-americano em mortes absolutas e o primeiro em taxa de letalidade (cerca de 11%). No mundo, é o país com mais mortes entre profissionais da saúde, que vêm se mobilizando por condições adequadas de trabalho. A doença e a morte se articulam com marcadores sociais: mais de 70% das pessoas que morreram por covid-19 tinham escolaridade até o ensino fundamental. A Organização Pan-Americana da Saúde destaca que a situação é complexa pelo aumento dos números e o impacto socioeconômico. São crescentes os índices de desemprego, informalidade (mais de 50% da população economicamente ativa), pobreza extrema e insegurança alimentar.

Em 1º de julho, quando sua eleição completou dois anos, Andrés Manuel López Obrador (conhecido por AMLO) manteve um tom otimista com relação à covid-19. A retórica sobre salvar vidas sem deixar de salvar a economia não surtiu efeito, já que a queda no Produto Interno Bruto no segundo trimestre foi a maior já registrada: 17,3%. Em julho, entrou em vigor o novo Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC), o que motivou a única viagem ao exterior de AMLO, que, por sua vez, gerou críticas da comunidade mexicana nos EUA. Houve manifestações virtuais contra megaprojetos e o T-MEC, que aprofunda a dependência mexicana, o modelo extrativo-minerador e o crescimento de transgênicos. Ainda com relação a AMLO, em setembro, a Frente Nacional Anti-AMLO organizou um acampamento na capital, requerendo sua renúncia.

Os números de violência contra mulheres seguem crescentes: até fim de julho, foram mais de 2 mil mortes, sendo 550 feminicídios — e feministas apontam para divergência nos dados. As investigações paradas dificultam o acesso à Justiça. Os números de homicídios também seguem alarmantes. A partir de 6 de julho, houve um acampamento de mães de vítimas de feminicídio em frente ao Palácio Nacional. As acampadas destacaram o não reconhecimento da gravidade da situação, nem no discurso nem na prática, por parte do governo. Em 20 de julho, ocorreram manifestações para denunciar feminicídios e apoiar o acampamento, mobilizando #MexicoFeminicida e #NiUnaMenos. Em agosto, pintaram uma cruz rosa de mais de 30 metros.

No início de setembro, coletivos feministas e mães de vítimas de feminicídio ocuparam a Comissão Nacional de Direitos Humanos na capital, que passou a chamar-se *Okupa, Casa de Refugio Ni Una Menos*. A *Frente Nacional Ni Una Menos México* lançou um documento com suas demandas. O movimento se espalhou com ocupações de comissões de direitos humanos pelo país, reapropriação de quadros e monumentos como reescrita do espaço público, e a mobilização de #SomosHistóricas. Houve denúncias de agressões policiais, uso desmedido da força e prisões arbitrárias. Em 14 de setembro, época das Festas Pátrias, em frente à *Okupa*, houve o AntiGrito Feminista, manifestação que questionou símbolos nacionais. Em agosto, ocorreram protestos contra abusos sexuais por policiais da capital (#LaPolicíaNoNosCuida; #NoMeCuidanMeViolan).

A Lei Olimpia, sobre violência e assédio digital, foi aprovada por diversos congressos e chegou a 25 dos 31 estados, embora faltem protocolos para sua efetividade. A Cidade do México aprovou que as chamadas “terapias de conversão sexual” são delitos, vitória da população LGBTQIA+. A despenalização do aborto esteve em discussão em vários estados. Em julho, houve julgamento da Suprema Corte Nacional de Justiça para proibir a penalização do aborto em Veracruz.

¹ Mestranda em Sociologia no IESP-UERJ; bolsista Nota 10 FAPERJ. Pesquisadora do NETSAL. Editora da Horizontes ao Sul. E-mail: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br.

Ocorreram manifestações favoráveis e contrárias na capital, e mobilizações virtuais (*pañuelazos virtuales*, em alusão aos lenços verdes). No Dia de Ação Global por um Aborto Legal, Seguro e Gratuito, mulheres protestaram em todo o país (houve agressões policiais, em especial na capital). As redes mobilizaram *#QueSubaLaMarea* e *#AbortoLegalPorTodoMexico*. Mesmo na pandemia, os movimentos feministas mexicanos seguem se mobilizando.

Em julho, a Comissão Nacional de Busca divulgou novo Registro Nacional de Pessoas Desaparecidas e Não Localizadas². Redes de familiares criticaram a falta de transparência nos dados e na metodologia. Em agosto, foi realizada uma caminhada contra o esquecimento; no Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados, houve mobilizações virtuais (*#DondeEstan*; *#HastaEncontrarles*). Em setembro, coletivos de buscas encontraram novas fossas comuns em Guanajuato. Com relação aos 43 de Ayotzinapa, no início de julho a condução das investigações mudou, marcando o fim da “verdade histórica” (já rejeitada pelas famílias e especialistas), e os restos mortais do terceiro corpo foram encontrados. Em 26 de setembro, o caso cumpriu seis anos. Houve mobilizações e marchas convocadas pela Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos e pelos pais e mães, que seguem pressionando por verdade e justiça e, na capital, fizeram um muro com azulejos com os 43 rostos. Nas redes, muitas mensagens de solidariedade.

A ONG EDUCA vem mobilizando uma campanha denominada Alternativas comunitarias en defensa de los territorios en Oaxaca, com textos e artes sobre o tema. Houve mobilizações de indígenas pelo direito à saúde, algo que extrapola a pandemia, embora se intensifique com ela. Em Chiapas, ocorreram mobilizações de deslocados internos, e pesquisa realizada com crianças e adolescentes que trabalham aponta para extrema vulnerabilidade e desafios na educação à distância. Em Guerrero, houve a articulação de carta e manifestação pelo reconhecimento dos direitos coletivos de comunidades indígenas e afromexicanas na constituição do estado. Comunidades do Conselho Indígena e Popular de Guerrero - Emiliano Zapata denunciaram ataques do grupo narcoparamilitar *Los Ardillos* e a inação da Guarda Nacional e de entidades estaduais e municipais, e houve uma caravana até a Cidade do México. As denúncias de violência pelo Estado e por grupos paramilitares contra lideranças, comunidades, terras comunais e municípios autônomos se espalham, como em Jalisco e Chiapas, onde houve pronunciamento do Congresso Nacional Indígena. Também há relatos de que grupos armados aumentaram sua influência durante a pandemia.

Conflitos por água e mineração se acirram. Em Sonora, yaquis bloquearam estradas para denunciar o uso ilegal de suas terras e águas. Em Chihuahua, houve confrontos entre camponeses e Guarda Nacional em função do Tratado Internacional de Águas entre México e EUA. Em Guerrero, ejidatarios³ terminaram um convênio com uma mineradora canadense. A Assembleia Oaxaqueña em Defesa da Terra e do Território e outras organizações se manifestaram contra o Corredor Transistmico (Istmo de Tehuantepec) e o Trem Maia (Península de Yucatán), megaprojetos de ordem energética, turística-imobiliária, industrial, agroindustrial e de transporte cujas consequências socioambientais vêm sendo denunciadas. O grupo GeoComunes: geografía colaborativa en defensa de los bienes comunes disponibilizou um geovisualizador para dimensionar os impactos das obras.

Em um país já acostumado com mortes e violência, o medo de morrer por covid-19 parece não assustar. Problemas estruturais seguem se agudizando em meio à pandemia, ao passo que as soluções se distanciam ainda mais. Os calcanhares de Aquiles de AMLO, principalmente relacionados à violência, parecem se fortalecer. As ruas e redes mexicanas continuam em disputa.

² De 1964 a julho de 2020, 177.844 pessoas foram desaparecidas, sendo mais de 30 mil só no governo AMLO. Segundo os dados oficiais, mais de 73 mil seguem desaparecidas; organizações de familiares apontam para cerca de 150 mil.

³ *Ejido* é uma terra de uso coletivo crucial para a vida agrária mexicana.

Durante o mês de setembro, o Panamá entrou em estado de estabilidade em relação aos números de casos e mortes em decorrência da covid-19, entretanto ainda apresenta o maior número de casos por milhões de habitantes na América Latina. Em meio aos escândalos nas investigações de corrupção, o país enfrenta uma crise sanitária em decorrência da conjuntura pandêmica, tendo atingido o pico de casos e mortes durante o mês de julho. De acordo com os números oficiais, dia primeiro de julho os órgãos de saúde registraram 34.463 casos e 645 mortes. Ao final do mês, os números divulgados correspondiam a 65.256 casos e 1.421 mortes.

No dia 8 de julho promotores estadunidenses indiciaram dois filhos do ex-presidente panamenho, Ricardo Martinelli - partido *Cambio Democratico* - por suborno e lavagem de dinheiro durante investigações sobre a empresa de construção civil brasileira Odebrecht. As prisões de Luis Enrique Martinelli e Ricardo Alberto Martinelli deram fôlego ao discurso anticorrupção, que vem sendo grande pauta no país. As prisões agravam a reputação política do ex-presidente, preso em 12 de junho sob acusação de uso de dinheiro público em operações de espionagem ilegal durante seu mandato, de 2009 a 2014.

No que diz respeito ao combate ao novo coronavírus, atual governo, de Laurentino Cortizo - Partido Revolucionário Democrático (PRD) -, tem sofrido denúncias por má gestão de recursos e debilidade no processo de auxílio financeiro e alimentício para a população panamenha. No dia 2 de julho instrutores do Instituto Nacional de Formação Profissional e Treinamento para o Desenvolvimento Humano (INADEH) foram às ruas protestar pela falta de programas de assistência social voltadas aos trabalhadores da instituição. Uma lista de demandas foi entregue ao diretor da INADEH, Moisés Véliz. Dentre as reclamações, a falta de plataformas e de diretrizes para a promoção dos cursos virtuais e de projeto de auxílio emergencial voltada aos funcionários do instituto.

Profissionais da saúde também expressaram insatisfação, realizando um ato público no dia 6 de julho. Enfermeiros e técnicos de enfermagem do Hospital Santo Tomás protestaram pela falta de equipamentos de proteção individual, cruciais para o enfrentamento da pandemia. Segundo os manifestantes, o número de profissionais de saúde infectados segue crescendo, sob um quadro preocupante: funcionários relatam ter de usar os mesmos equipamentos durante múltiplos turnos e temem retaliações da direção hospitalar.

Em 7 de julho o governo anunciou a implementação de políticas de assistência, que entraram em vigor ao fim do mês de julho, este plano de assistência responde às reivindicações civis por mais modalidades de auxílio além das pré existentes, como o vale para compra de insumos disponível desde o mês de abril. De acordo com a gestão de Cortizo (PRD), o plano assistencial corresponde à distribuição de cestas básicas, vouchers digitais para a compra de suprimentos e auxílio emergencial de US\$ 100. O valor proposto inicialmente, de US\$ 80, recebeu muitas críticas e, apesar do aumento, este ainda não corresponde às necessidades materiais da população. De acordo com a pesquisa da Autoridade de Defesa do Consumidor e Defesa da Concorrência (Acodeco), uma cesta básica custa no mínimo US\$ 240 no Panamá.

No dia 1 de agosto o governo federal divulgou, por meio de redes sociais, um novo calendário distributivo dos subsídios emergenciais para o combate à pandemia do novo coronavírus. Os recursos

¹ Cientista Política pela Unirio, Mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. hellenoliveiracp@gmail.com

são escalonados para distribuição a cada semana, partindo das regiões centrais do país para as regiões periféricas. Para ser beneficiário do programa Bono Solidario, cidadãos panamenhos devem se enquadrar em alguma das seguintes diretrizes: trabalhadoras e trabalhadores que tiveram seus contratos suspensos até dia 24/04/2020; trabalhadores e trabalhadoras do setor artístico inscritos no Ministério da Cultura; cidadãos com documento de identificação registrados na Loteria Benéfica Nacional; vendedores e vendedoras ambulantes registrados na prefeitura da Cidade do Panamá. Em 30 de setembro, a atual gestão divulgou em suas redes sociais uma prestação de contas sobre os recursos utilizados para parte do plano emergencial, oriundos do Ministério de Economia e Finanças. Estes mecanismos de *accountability* ilustram a preocupação institucional e civil com o problema da corrupção. O tema segue em voga na opinião pública do país.

Durante o mês de setembro foi revogada uma das medidas panamenhas mais severas e problemáticas de combate à pandemia, a divisão sexual diária para saída de casa no período de isolamento social. O ativista fundador do movimento *Hombres Trans Panama*, Pau Gonzáles afirma ter recebido mais de 80 ligações de pessoas trans panamenhas preocupadas em sair de suas casas, sentindo-se vulneráveis em decorrência de ataques transfóbicos praticados inclusive pela força policial. A medida, postulada em abril, ditava os dias de saída de acordo com a identificação sexual presente nos documentos nacionais de identificação, muitos destes não correspondentes à identificação de gênero de pessoas trans e não binárias. Um estudo da Escola de Economia de Londres demonstrou como o “governo federal falhou na identificação da diversidade de gênero” de sua população, aumentando ainda mais a desigualdade e impulsionando a violência transfóbica. No primeiro trimestre de isolamento, uma mulher trans foi presa ao sair no dia designado às mulheres, sendo vítima de transfobia e de abuso policial. Tal medida demonstra como políticas de combate ao novo coronavírus foram utilizadas como mecanismo de controle aos corpos, problema recorrente em toda América Latina.

Os membros do Congresso Gerais de Kuna Yala, representantes dos territórios indígenas autônomos do Panamá, expressaram no dia 20/08 seu descontentamento com as medidas sanitárias e sociais do governo federal panamenho. Os representantes afirmam que teve de estabelecer cercos de proteção e protocolos de biossegurança próprios para evitar o contágio pela covid-19, entretanto as medidas não foram suficientes. Após negociação interna, os Congressos Gerais elaboraram uma carta de pedido de auxílio aos ministérios da Saúde e Governo no dia 22 de julho, devido à situação de alta vulnerabilidade da população indígena, principalmente dos residentes urbanos, em estado de desemprego e desabrigo. Entretanto, houve falta de cooperação, e a comunicação não obteve resposta até o dia 17 de agosto, segundo o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Integral dos Povos Indígenas (CONDIPI). Julgam a resposta da gestão Cortizo como ineficiente e desrespeitosa.

O Paraguai antecipou sua resposta à pandemia em 2020, decretando medidas restritivas à circulação e estabelecendo protocolos mais exigentes que os previstos pela OMS. O país fechou completamente suas fronteiras em 24 de março e manteve-se um dos países mais isolados do contágio na América do Sul. Em um primeiro momento, a adesão às medidas restritivas foi majoritária entre a população, cenário que se reverte posteriormente em função da constrição econômica. Entre julho e agosto, verifica-se o pico de contestação contra a condução do presidente direitista Mario Abdo Benítez do Partido Colorado, com baixa popularidade e vulnerável aos compromissos feitos em 2019 para sobreviver a um processo de *impeachment*.

O epicentro da pressão pela reabertura econômica foi Ciudad del Este, capital da província do Alto Paraná, que depende do trânsito fronteiriço para o Brasil. O fechamento da Ponte da Amizade teve como subproduto imediato o aumento do contrabando, que alargou uma rede de portos clandestinos, lanchas e até veículos não-tripulados ao longo do rio Paraná. Em 16 de julho, uma escaramuça de contrabandistas com forças de segurança resultou na morte de um militar paraguaio, em resposta à qual foi desencadeada uma represália nas comunidades ribeirinhas que resultou na prisão, com indícios de tortura, de 35 civis. A insatisfação em Ciudad del Este com o fechamento da economia explodiu em 29 de julho após a decisão governamental de restabelecer a quarentena total na cidade. As ruas foram tomadas à tarde e à noite houve confrontos violentos, saques, quebra-quebra e episódios dramáticos de repressão policial-militar. Já no início de agosto, o governo lançou um programa emergencial de transferência direta de renda voltado à província do Alto Paraná, que alcançou 700 mil trabalhadores informais e comerciantes. O efeito foi temporário. A campanha pela reabertura agrega a urgência de trabalhadores em carestia com os interesses do empresariado local aglutinado na poderosa Câmara de Comércio e Serviços de Ciudad Del Este. O prefeito e o governador da província aderiram à pauta da reabertura, e negociações foram formalmente estabelecidas com o governo nacional. As mobilizações de rua recobram força no mês de setembro (com protestos importantes nos dias 5 e 22), e tudo indica que a reabertura da Ponte da Amizade deve ocorrer em outubro.

Os protestos pelo afastamento do presidente também ganharam força durante a pandemia. Abdo Benítez é filho de um secretário particular do ditador Alfredo Stroessner e sofreu um desgaste forte em 2019 graças ao acordo energético assinado com o Brasil, desfavorável ao Paraguai. Para sobreviver no cargo, Abdo Benítez revogou o acordo e aproximou-se de seu adversário Horacio Cartes. O processo de impedimento apresentado pela esquerda paraguaia foi, então, derrubado no Congresso em menos de duas semanas (de 6 a 20 agosto de 2019). A figura presidencial, contudo, não se recuperou da crise. O movimento ganhou novamente as ruas em julho e agosto de 2020, combinando marchas urbanas com bloqueios nas estradas.

O principal protesto neste ciclo ocorreu em Assunção em 14 de agosto, com ações secundárias no restante da semana, com protagonismo da Coordenação Nacional de Resistência Patriótica (organismo cidadanista que demanda não só o impedimento de Abdo Benítez, mas de toda a cúpula dos três poderes). Houve endosso de partidos de esquerda (agregados na Frente Guasú) e de quatro centrais sindicais², mas o contágio nas redes sociais se deu sob a insígnia mais genérica da “cidadania autoconvocada”. Nos protestos houve confluência entre pautas claramente sociais (ligadas à fome e ao

¹ Pesquisador do NETSAL. Doutor em Ciência Política pelo IESP-UERJ.

² Central Unitária dos Trabalhadores (CUT), Central Unitária dos Trabalhadores (CUT-A), Confederação da Classe Trabalhadora (CCT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores Legítima (CNT-L).

desemprego) com temas negacionistas contra a quarentena (com alusões à versão conspiracionista da “*plandemia*”). A corrupção também é questão recorrente para deslegitimar Abdo Benítez, que passou a acomodar escândalos nas estatais e compactuar com Cartes, político com extensa ficha criminal, inclusive com prisão já decretada pela justiça brasileira no âmbito da Operação Lava-Jato. Além dos protestos e da campanha digital, a Coordenação Nacional de Resistência Patriótica recorreu ao acampamento permanente como forma de mobilização, mantendo desde julho uma *carpa de la resistencia* no centro de Assunção, nas imediações do Ministério da Fazenda.

Dentre as experiências de lutas populares durante a pandemia no Paraguai, é importante destacar o caso dos *bañaderos*, como são conhecidas as populações periféricas de Assunção, residindo em zonas alagáveis nas margens do Rio Paraguai. São comunidades pobres em loteamentos irregulares, com predomínio de jovens e trabalhadores informais. O impacto do fechamento precoce da economia foi brutal e imediato. Formadas desde meados do século XX pelo êxodo rural, essas regiões têm forte histórico de organização comunitária. A distribuição de alimentos aos moradores dos bairros de banhado foi, desde março, uma questão premente e, para provê-la, foram constituídas “panelas populares” (*ollas populares*). Embora as estimativas variem, essas cozinhas comunitárias chegaram a atender regularmente entre 4 e 7 mil pessoas desde março. Houve aporte de alimentos não-perecíveis por parte da Secretaria de Emergência Nacional (SEN), mas as “panelas populares” recolheram doações de diversas partes, além de promover feiras e rifas para financiar a atividade. Pelo menos desde maio, a *Articulación de Ollas Populares*, que reúne 43 organizações locais, tem promovido manifestações públicas para exigir apoio e subsídio governamental, o que foi protelado e tergiversado pelas autoridades.

Instado a agir, especialmente após o momento politicamente agudo que o país viveu entre julho e agosto, o Congresso formatou um projeto de lei que não atendia às necessidades das organizações comunitárias. Uma questão rechaçada por elas era a exigência de pessoa jurídica para a transferência de recursos, o que contradizia seu fundamento autogestionário e eventualmente atrairia organismos externos aos bairros para prover alimentação com recursos públicos. Em agosto, novos atos públicos liderados pela *Articulación* pautaram a morosidade do governo em responder às demandas das populações banhadeiras e as deformações existentes no projeto em tramitação. Com um mês de retardo, a lei de apoio às “panelas populares” (Lei nº 6.603) foi enfim promulgada pelo executivo em 17 de setembro, sem exigência de personalidade jurídica, com prioridade à agricultura familiar e com orçamento específico (G 15bi, aproximadamente US\$ 5 milhões), beneficiando também outras “panelas populares” em outras partes da cidade e do país. É uma conquista decisiva do movimento social popular, que interage com outras frentes de luta das associações banhadeiras (há, por exemplo, um projeto urbanístico de remoção desses bairros para construção de uma grande avenida marginal ao rio). Além disso, é preciso considerar que a aprovação da Lei 6.603 por si só não encerrou a questão; quatro dias depois, em 21 de setembro, houve nova manifestação da *Articulación* no centro da capital para garantir o cumprimento e implementação da lei, sem burocratização e com transparência. Há preocupação de que, no rescaldo da lei, sejam criadas “panelas fantasmas” comandadas por políticos para desviar recursos. Como diz um dos motes mais presentes nas manifestações de rua neste ano, “a fome não está em quarentena”.

No mês de julho, acontecem no Peru as *Fiestas Patrias*, em comemoração à independência do país. No dia 28, é celebrada uma missa pelo arcebispo de Lima, seguida pela mensagem do presidente à nação. No dia 29, ocorre a *Gran Parada Militar*, com desfiles musicais e patrióticos das forças armadas e policiais. Desde 2006, as festividades se encerram no dia 30, com um culto evangélico. Neste ano, porém, a persistência da covid-19 em território peruano provocou mudanças nas festividades: as celebrações religiosas aconteceram virtualmente e os desfiles foram cancelados. Além disso, em diversas localidades foram hasteadas bandeiras a meio mastro, num misto de protesto e luto pelas mais de 18 mil vidas perdidas para a doença.

No dia 15 de julho, o presidente Martin Vizcarra nomeou novo gabinete ministerial, substituindo, sobretudo a Ministra da Saúde e o premier, numa tentativa de reativar a economia concomitantemente ao combate ao coronavírus. Esse gesto, entretanto, acirrou a tensão entre o presidente e o Congresso; tensão que cresce conforme se aproximam as eleições gerais de 2021. Com críticas à esquerda e à direita, as e os congressistas negaram o voto de confiança ao primeiro-ministro Pedro Cateriano no dia 4 de agosto, num forte recado ao presidente. Com mais trocas no gabinete e maior diálogo com as e os parlamentares, o premier Walter Martos finalmente foi confirmado no dia 12. Essa troca de comando, porém, não foi suficiente para restabelecer a relação entre presidente e Congresso: no dia 11 de setembro foi aberto o processo de impeachment (*moción de vacancia*) contra Vizcarra. O chefe do Executivo seria salvo na semana seguinte, mas somente após grande pressão da opinião pública, que se posicionou contra um segundo impeachment no mesmo mandato, a meses do novo processo eleitoral e em meio à pandemia.

O país encerrou a quarentena oficialmente no dia 1º de julho, mantendo apenas medidas de distanciamento social e restrição a aglomerações. Entre o começo de julho e o fim de setembro, triplicou o número total de casos (passando de 285.213 a 811.768) e mais do que triplicou o número de mortes (indo de 9.677 a 32.463). O Peru aparece na 43ª posição no ranking mundial em termos populacionais, mas está no top 10 no quesito pandemia do coronavírus: 7º em casos e mortes, e o 1º na relação de mortos por milhão de habitantes.

Como evidenciam os números, a epidemia piorou com a reabertura. Seguindo a tônica do Estado peruano, a repressão foi a principal arma para tentar frear o vírus. Num caso dramático, 13 pessoas morreram em decorrência de ação policial numa boate que contrariava os protocolos sanitários. O afã repressivo ignora a depressão econômica pela qual passa o país. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) projeta uma queda de 13% do PIB peruano em 2020, a segunda maior da região. O Peru viu 10% da população passar para a camada mais pobre, que atingiu os 30%. Nesse contexto desolador surgiram iniciativas solidárias como as *ollas comunes*, foram resgatados os restaurantes populares e reelaborados os comitês cidadãos. Do mesmo modo, um grupo de moradores de favela do distrito de San Juan de Lurigancho, em Lima, conhecidos como Los Cazafantasmas de Arriba Perú, passaram a limpar as ruas, casas e comércios da comunidade de maneira voluntária.

Outras iniciativas se multiplicaram por todo o país ante a falta de ações eficazes do Estado para frear a contaminação pelo Sars-Cov-2 e a falta de assistência no tratamento dos casos mais graves de covid-19. Em Arequipa, o presidente Martín Vizcarra, que desde março visita hospitais pelo país, foi alvo de protesto de médicos e de familiares de internados com a doença. Em Espinar,

¹ Doutorando e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Bolsista Nota 10 FAPERJ. E-mail: raulnunescis@gmail.com.

profissionais da saúde protestaram por falta de equipamentos de proteção individual (EPI). Na Amazônia peruana, com protagonismo indígena, houve carta aberta em Iquitos; campanha de arrecadação para compra de gerador de oxigênio em Condorcanqui; e protestos em Imaza e Loreto. Ainda no departamento de Loreto, na cidade de Requena, indígenas que protestavam por tratamento de saúde adequado e contra a contaminação da petroleira PetroTal foram reprimidos, culminando no assassinato de 3 membros da etnia kukama. As federações indígenas se puseram em mobilização permanente por atenção e respeito do governo e pela saída da PetroTal da região.

No bojo das contendas extrativistas, no período analisado reacende de forma contundente um dos maiores antagonismos peruanos: o conflito com as mineradoras. A mineração corresponde a 10% do PIB e a 60% das exportações do Peru, sendo o maior setor produtivo do país. Começando no dia 14 de julho, a província de Espinar, na região de Cusco, colocou-se em mobilização contra a mineradora Glencore-Antapaccay. Como contrapartida social à exploração (e contaminação) na província, a empresa mantém um fundo para investimento em projetos sociais. A população local exigia que esse fundo fosse convertido em um auxílio de mil *soles* para cada habitante; já a empresa alegava que o fundo não poderia ser usado com essa finalidade. Foram semanas de confrontos em forma de greves, protestos e ação direta, num conflito que se estendeu, sob forte repressão policial, até o dia 8 de agosto, quando foi fechado um acordo. Apesar do acordo, em setembro a população permaneceu negociando a entrega do auxílio. Organizações de direitos humanos demandaram a órgãos peruanos e internacionais investigações sobre a repressão em Espinar.

Diversas foram as mobilizações em torno da proteção do meio ambiente. São exemplos a defesa da Reserva Nacional de Paracas #salvemosparacas e pressão para decisão judicial contra a instalação de mineradora em Lima #SalvemosElAguaDeLima. Importante também foi a pequena, porém constante, pressão para que o Congresso ratifique o Acordo de Escazú, com abaixo-assinado e a hashtag #EscazúAhoraPerú. Esse acordo regional foi impulsionado pela CEPAL e tem como objetivo aumentar informação, participação e justiça nas questões ambientais. O Peru é signatário, mas ainda não o ratificou na casa legislativa. Por fim, no dia 25 de setembro, dia do meio ambiente, houve bicicletaço e tuitaço por justiça social e climática.

Setembro foi um mês de vitórias para as mulheres trabalhadoras peruanas. Em primeiro lugar, as trabalhadoras domésticas conseguiram finalmente aprovar uma lei específica para regulamentar a profissão, sancionada pelo presidente no dia 30. Em outro campo de batalha, as trabalhadoras de limpeza de Lima foram reiteradas vezes às ruas para lutar contra o concurso público em meio à pandemia e pela efetivação daquelas que estavam empregadas. Alvo de muita repressão, o movimento viu, em 10 de agosto, sua principal liderança levar uma coronhada na cabeça por parte das forças policiais. As imagens de Chabelita (Isabel Cortez), dirigente do *Sindicato Obreras de Limpieza Pública* (SITOBUR), viralizaram e provocaram uma onda de indignação e solidariedade, com a hashtag #ChabelitaNoEstásSola. Depois de meses de protestos e repressão, no dia 22 de setembro as trabalhadoras conseguiram o cancelamento do concurso.

Nem tudo, porém, foram conquistas para as mulheres. No mês de julho, a *Defensoria del Pueblo* denunciou publicamente o desaparecimento de mais de 900 mulheres no Peru durante a quarentena, o que explicita a falta de ações institucionais para organizar os dados e enfrentar a questão do desaparecimento de mulheres. Ademais, em agosto um caso de transfeminicídio gerou revolta na comunidade LGBT, suscitando as hashtags #JusticiaParaBrenda e #InformaciónSinTransfobia, que denunciavam não só o crime em si, mas também o desrespeito da mídia à identidade de gênero da vítima. Já em setembro, mais de 70 organizações LGBT assinaram uma carta de repúdio contra as declarações do congressista e presidente Daniel Urresti.

Pela primeira vez desde o início da conjuntura pandêmica, a República Dominicana apresenta tendência de queda contínua no número de casos e de mortes em decorrência da covid-19. Segundo números oficiais divulgados em setembro, a queda corresponde a 30% e 60% respectivamente. No mês de julho o país enfrentou um de seus piores quadros desde o início da pandemia, atingindo o pico de número de casos informados. Em primeiro de julho os órgãos oficiais de saúde do país registraram 33.387 casos e 754 mortes, já em 31 de julho o número divulgado era de 69.649 e o de mortes era de 1.160. Apesar do cenário alarmante, o país foi às urnas no dia 5 de julho, devido ao pleito presidencial, com alta adesão de votantes. Importante ressaltar que as eleições foram adiadas por dois meses, e um novo adiamento não seria possível sem alterações na constituição. Luis Abinader, do Partido Revolucionário Moderno (PRM) foi eleito, sem necessidade de segundo turno, com 52,51% dos votos. A vitória de Abinader, que assumiu o cargo em 16 de agosto de 2020, pôs fim aos 16 anos de governo do Partido da Libertação Dominicana (PLD).

Dado o resultado expressivo nas urnas favorável à então oposição, é perceptível que o PLD vinha experienciando, em determinado nível, uma crise política. No dia 3 de julho o Movimento Socialista de Trabalhadores da República Dominicana circulou o manifesto: “No votamos por nuestros verdugos”, no qual salientam que a pandemia evidenciou desigualdades sociais e políticas já vistas no país. Neste, denunciam que o governo de Danilo Medina falhou em financiar um bom programa de assistência social, que garantiria uma quarentena sem fome e a estabilidade do sistema público de saúde. O movimento julga, desde tal conjuntura, a possibilidade do voto ao PRM como forma de rechaço à gestão Medina. Porém, não se manifestou apoio à plataforma do PRM, afirmando que boa parte das candidaturas de oposição dariam continuidade às políticas antidemocráticas, antipopulares e anti trabalhadores precedentes. Em comunicado do dia 15 de julho o movimento reforçou não se contentar com a vitória de Luis Abinader e convidou trabalhadores e trabalhadoras a se prepararem para mais luta.

Um triste exemplo da condição dos trabalhadores e trabalhadoras dominicanas é a indústria açucareira. A safra entre 2019 e 2020 de uma de suas maiores empresas - Central Romana -, de 3.258.000 toneladas de cana de açúcar, está distante de seus ganhos salariais. O salário mínimo estabelecido pelo PLD é de cerca de US\$ 130,67 mensais, enquanto o custo da cesta básica atual é de aproximadamente US\$ 531,53. Sem um programa de assistência social consolidado, e com a tendência de aumento no número de infectados e mortos pela covid-19, os trabalhadores seguem à própria sorte, enfrentando o que parece ser a maior crise econômica do país desde 2003.

Em meio às transições políticas e às denúncias acerca da insustentabilidade social no período pandêmico, dominicanos e dominicanas tiveram de lidar com as consequências de um evento climático de grandes proporções. A tempestade tropical Laura se aproximou da costa Hispaniola no dia 22 de agosto e como resposta o Centro de Operações Emergenciais estabeleceu alertas de diferentes níveis pelas províncias, nove destes alertas vermelhos - que correspondem à possibilidade de inundações repentinas, deslizamentos de terra, transbordamento de rios e riachos, e aparecimento de ravinas. No dia seguinte a tempestade chegou ao território dominicano resultando na morte de 9 pessoas e danos estruturais. Cerca de 2 mil casas foram atingidas, 700 mil habitantes ficaram sem luz e 1,5 milhão de pessoas sem acesso à água de acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas. Um protocolo federal de auxílio foi instituído por meio do Plano Social da Presidência da

¹ Cientista Política pela Unirio, Mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e CASA, editora da CESP. Bolsista CAPES. hellenoliveiracp@gmail.com

República. Segundo a gestão Abinader, serão distribuídos alimentos, colchonetes e roupas de cama, fardos de água e equipamentos de proteção ao coronavírus. O impacto destrutivo ocasionado pela tempestade tropical impulsionou debates sobre a questão da crise climática.

A despeito do câmbio governamental pós eleições presidenciais, e da taxa de queda contínua no número de casos e de mortes confirmadas em decorrência da covid-19, a República Dominicana seguiu em estado de emergência até o fim do mês de setembro, com promessa de avaliação de situação para os meses seguintes. Dentre as políticas de emergência, uma das mais problemáticas é a instituição do toque de recolher — entre 19h e 5h, exceto para trabalhadores considerados incluídos em atividades essenciais, tais como profissionais da segurança e saúde. Decretado pela gestão Medina em 20 de março, vem sendo renovado mensalmente desde então. A gestão Abinader deu continuidade ao decreto, mais recentemente estendido até o dia 27 de setembro, e no momento a população dominicana aguarda atualizações.

A ação, que teoricamente visa diminuir o índice de contágio pelo coronavírus, tornou-se questão de segurança pública, dadas as inúmeras denúncias de violência policial desencadeadas pelo toque de recolher e patrulhamento das ruas. Segundo o Movimento Socialista de Trabalhadores da República Dominicana, um oficial militar assassinou um jovem no dia 13 de setembro no bairro *27 de Febrero*, e este não seria o primeiro caso de ataque e homicídio cometido pelas forças armadas durante o período emergencial. Uma criança de 11 anos morreu em decorrência de ação policial durante o mês de abril e um jovem foi atacado no bairro *Capotillo* durante o mês de julho. De acordo com denúncias civis, o patrulhamento durante o período de toque de recolher se concentra principalmente em bairros populares. O MSTRD argumenta que tal política serve como mecanismo de repressão desde a gestão anterior até a gestão atual, enquanto medidas sanitárias mais efetivas no combate a pandemia seguem negligenciadas.

No dia 28 de setembro, o Coletivo de Haitianos Organizados da República Dominicana fez um pedido formal à procuradora-geral, Miriam Germán Brito, por respostas acerca da investigação dos atos racistas de linchamento contra haitianos residentes do território dominicano durante o ano de 2019. Uma carta elaborada por organizações de defesa dos Direitos Humanos já havia sido enviada em setembro de 2019 ao então procurador-geral, Jean Alain Rodríguez, sem obtenção de resposta. O Coletivo expressa preocupação pela falta de responsividade institucional, visto que imigrantes, defensores dos Direitos Humanos e ativistas anti-racistas seguem recebendo ameaças de grupos nacionalistas e supremacistas brancos. |

O Uruguai em meio à pandemia da covid-19 e às reformas neoliberais de Lacalle Pou

Maria Eduarda Tavares¹

Depois de um longo período de governos progressistas no Executivo, no ano de 2019, a população uruguaia alterou significativamente os rumos políticos do país². A coalizão formada por partidos de esquerda, conhecida como Frente Ampla, não se reelegeu após vencer três pleitos consecutivos nos anos de 2004, 2009 e 2014. O atual presidente, Lacalle Pou, membro do Partido Nacional, assumiu o cargo em 1º de março, apenas 12 dias antes do início da pandemia, e vem dando um tom de reformas ao país. Entre as mudanças pelas quais o Uruguai vem passando, o governo atual acrescentou a urgência de cortar gastos e investimentos públicos. Esses objetivos se refletem na política de enfrentamento à pandemia, exitosa por suas medidas de isolamento, mas que aprofundaram a recessão e aumentaram o desemprego. No mês de agosto foram 47 mil novas solicitações para o Subsídio Desemprego, e no mês anterior, 147.264 beneficiários.

A resistência ao projeto de reformas do governo atual segue crescendo, desde o movimento feminista, nas atividades de 20 de maio, na ata da Plenária Intersindical dos Trabalhadores - Convenção Intersindical dos Trabalhadores (PIT-CNT), e na explosão das *ollas* populares. As organizações sociais têm desempenhado um papel relevante nos debates sobre como enfrentar a pandemia. Apontaram erros e lacunas, fizeram propostas, interagiram com instituições governamentais e apoiaram a explosão de solidariedade que surgiu em todo o país.

No Uruguai, os quatro primeiros casos da covid-19 foram detectados em 13 de março de 2020. Em meio à emergência sanitária decretada contra os avanços do coronavírus, o governo de Lacalle Pou introduziu a *Lei de Urgente Consideración* (LUC) no Parlamento. Aprovada no dia 8 de julho, foi marcada por protestos contra a sua implementação. Esta lei tem mais de 500 artigos distintos, entre eles assuntos que dizem respeito à classe trabalhadora organizada e que restringem as liberdades individuais e o direito à greve.

No dia 4 de julho, um sábado, o Bloqueio Antirracista concentrou-se em Montevidéu, para pronunciar-se contra as práticas racistas do país e da região. Dando continuidade aos protestos anteriores que eclodiram no mundo com a morte do George Floyd, o lema “contra toda prática racista, estrutural, institucional e simbólica no Uruguai e na região” dava tom ao evento. Os manifestantes também se posicionavam contra a LUC, que estaria longe de solucionar as questões da violência de gênero no país, sobretudo das mulheres negras e indígenas. “Quais vão ser as novas formas de violência policial que vão surgir com uma lei que busca aprofundar a repressão e a criminalização?”, questionavam os manifestantes.

As *ollas*, que originalmente surgiram nas greves como forma de canalizar a solidariedade entre os trabalhadores, expandiram-se pelas associações de bairros pelo país durante a crise iniciada em 1999, e ressurgiram em 2020, revelando a insuficiência das medidas governamentais atuais. A Red de Ollas Populares, que em meio à pandemia da covid-19 previam distribuir cerca de 800 cestas básicas, superou suas expectativas iniciais e atingiu o marco das 300 mil cestas distribuídas. No dia 21 de julho, em frente à Torre Executiva, um “painel popular” foi montado na Praça da Independência, onde foram entregues centenas de alimentos ao longo do dia. A iniciativa contou com o apoio do PIT-CNT e do Intersocial. Segundo os dados publicados pelo Solidaridad Uy, em julho, foram 229

¹ Mestranda em Sociologia no IESP-UERJ, pesquisadora do NETSAL e bolsista do CNPq. Bacharela e licenciada em geografia pela UFF. E-mail: mariaetavares@gmail.com.

² Nas eleições municipais uruguaias realizadas no dia 27 de setembro, Carolina Cosse foi a prefeita eleita de Montevidéu. A Frente Ampla se manteve na capital, venceu em Canelones e também em Salto, departamentos mais populosos do país. O Partido Nacional elegeu-se em quinze departamentos e o Partido Colorado, em um.

“panelaços” solidários em Montevidéu, que alimentaram cerca de 40 mil pessoas. O funcionamento das *ollas* populares depende diretamente do volume de doações. As respostas à emergência alimentar vieram de três principais setores da sociedade: das igrejas, dos sindicatos e de outras organizações sociais. Todavia, as *ollas* não se deram de maneira tão harmoniosa. Parte dos integrantes que compõem a organização, como o *Frente Amplio* e o PIT-CNT, criticaram parte das bases governistas por tentarem usar o movimento em prol de uma narrativa pró-governo.

Sob o lema “sem educação pública não há futuro, a crise não será paga pelo povo”, milhares de estudantes se mobilizaram, como todo dia 14 de agosto, em memória aos estudantes mártires³. Em um contexto de cortes e privatizações, os estudantes e docentes deixaram claro que a educação não se negocia. Embora a manifestação seja histórica, este ano o Uruguai conta com o decreto 90/020 de 11 de março, com o qual o Poder Executivo estabeleceu um corte de 15% no orçamento destinado à educação. Entre as proclamações, o Centro de Estudantes do Ensino Médio, a Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU), o Centro de Estudantes do IPA (CEIPA), o Centro de Formação de Professores (CEM) e a Associação de Estudantes da Educação Social (AEES) disseram em alto e bom som: “queremos autonomia, sem a interferência de empresas transnacionais”.

No dia 17 de setembro, em Montevidéu, convocados pela PIT-CNT, múltiplos sindicatos fizeram uma greve de 24 horas em protesto contra a falta de respostas do governo aos milhares de trabalhadores que perderam sua renda. A ideia foi falar sobre a atual problemática do trabalho pela qual o país vem passando e trocar informações sobre a realidade dos mais afetados pela pandemia.

Já em 25 de setembro, foi realizada no centro de Montevidéu a Marcha pela Diversidade. O *slogan* deste ano foi “o orgulho está lutando”. Os manifestantes criticaram os cortes no orçamento do governo e exigiam que a implementação da Lei Trans fosse cumprida. As reformas atuais, segundo os manifestantes, atacam a socialização e a capacidade educacional das pessoas vulnerabilizadas. Além disso, eles alertam que o governo pretende limitar direitos: o aborto é legalizado no Uruguai⁴ e as mulheres exigem que a lei seja cumprida. A marcha foi organizada por dezenove grupos que compõem a Coordenação da Marcha pela Diversidade.

No dia 30 de setembro, em repúdio às declarações do senador e ex-chefe do exército Guido Manini Rios, manifestantes organizaram um ato pela “memória, verdade e justiça” no país. O senador eleito pelo *Cabildo Abierto* (CA), que possui declarações controversas em relação à ditadura e que foi demitido por Tabaré Vasquez, questionou publicamente em uma sessão no senado “até quando os soldados octogenários continuarão sendo processados por fatos ocorridos há 50 anos”. Os manifestantes que foram às ruas exigiam respeito aos familiares dos desaparecidos durante a ditadura uruguaia.

³ Em 12 de agosto de 1968, a estudante Líber Árce foi assassinada por policiais durante um protesto. Todo 14 de agosto, anualmente, a FEUU organiza o Dia dos Alunos Mártires, em memória dos estudantes assassinados, desaparecidos e torturados durante a ditadura.

⁴ Lacalle Pou é publicamente contrário à constitucionalidade do aborto no país.



Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

COMUNICA AMÉRICA LATINA II

julho - setembro/2020

